



ANO XL — Nº 143

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

CAPITAL FEDERAL

SÁBADO, 2 DE NOVEMBRO DE 1985

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 214^a SESSÃO, EM 1º DE NOVEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2. — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 329/85, de autoria do Senador Nivaldo Machado, que dispõe sobre a progressão vertical dos integrantes da carreira de magistério superior nas Instituições de Ensino Superior Federais.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR MARCONDES GADELHA — Apelo de lideranças do Município de Sousa—PB ao Banco

Central do Brasil, no sentido de autorizar a prorrogação de todos os contratos de custeios agrícolas, com parcelas vencidas e vincendas no corrente ano, face a fatores climáticos adversos.

SENADOR HÉLIO GUEIROS, em questão de ordem — Discorre sobre o caráter obrigatório da convocação, pela Mesa, das sessões do Congresso Nacional para apreciação de matéria prevista no art. 51 da Constituição Federal.

S.R. PRESIDENTE — Obediência da Mesa Diretora do Senado Federal ao preceito constitucional focalizado pelo Sr. Hélio Gueiros.

1.2.3 — Comunicação da Presidência

Inexistência de **quorum** para o prosseguimento da sessão.

1.2.4 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÃO

3 — MESA DIRETORA

4 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

5 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 214^a Sessão, em 1º de novembro de 1985

3^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Presidência do Sr. José Fragelli

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Galvão Modesto — Aloisio Chaves — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — José Lins — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Cid Sampaio — Nivaldo Machado — Luiz Cavalcante — Louival Baptista — Passos Pôrto — João Calmon — Benedito Ferreira — José Fragelli — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A lista de presença acusa o comparecimento de 16 Srs. Senadores. Havia número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido o seguinte

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 329, de 1985

Dispõe sobre a progressão vertical dos integrantes da carreira de magistério superior nas Instituições de Ensino Superior Federais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Haverá progressão vertical na carreira de magistério superior, salvo para a classe de Professor Titular:

I — da referência 4 da classe inferior para a referência 1 da classe superior consecutiva, após interstício de dois anos, e mediante avaliação do desempenho global do docente;

II — independentemente de interstício:

a) da classe de Professor Auxiliar para a de Professor Assistente, após obtenção do grau de Mestre;

b) da classe de Professor Auxiliar ou da classe de Professor Assistente para a de Professor Adjunto, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Docente Livre.

Art. 2º Caberá à Instituição de Ensino Superior estabelecer os critérios a serem observados para efeito da progressão vertical por avaliação do desempenho global do docente.

§ 1º Na fixação dos critérios de avaliação dos docentes, a Instituição de Ensino

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO MORAES DA SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
----------------	---------------

Ano	Cr\$ 6.000,00
-----------	---------------

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Superior considerará todas as atividades de magistério superior, a saber:

I — as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão do saber;

II — as que estendam à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;

III — as inerentes à direção ou assessoramento exercido por professores na própria instituição ou em órgãos do Ministério da Educação.

§ 2º Para os docentes em regime de vinte horas semanais de trabalho, a Instituição de Ensino Superior deverá considerar a sua admissão para a atribuição exclusiva de encargo didático, assim entendido o ensino, a orientação, o preparo das aulas e a avaliação.

§ 3º Para os docentes em regime de quarenta horas semanais de trabalho, com ou sem dedicação exclusiva, a Instituição de Ensino Superior deverá considerar, além dos encargos referidos no parágrafo anterior, também aqueles constantes dos respectivos Planos de Atividades.

§ 4º Para os efeitos da progressão vertical, o provimento do cargo ou emprego de Professor Assistente, admitido no regime do Artigo 21, I, da Lei n.º 8.182, de 11 de dezembro de 1974, é equivalente ao grau de Mestre.

Art. 3º Na progressão vertical por titulação, os critérios das Instituições de Ensino Superior deverão considerar:

I — os graus e títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros reconhecidos como válidos pelo Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da Instituição de Ensino Superior, comprovado terem sido obtidos em condições equivalentes às que são exigidas em cursos credenciados de pós-graduação;

II — exclusivamente os graus, títulos e certificados obtidos em áreas de conhecimento correspondentes ou afins àquelas em que seja ou venha a ser exercida a atividade de magistério.

Art. 4º O docente, em qualquer regime jurídico ou regime de trabalho, poderá requerer sua avaliação para efeito da progressão vertical no decorrer do ano em que

completar o interstício biênal na última referência de sua classe.

§ 1º Na realização do processo de progressão vertical, a Comissão Permanente de Pessoal Docente, cujo propósito principal é o de permitir a aferição do desenvolvimento do docente na carreira do magistério, deverá ainda levar em conta:

I — existência de apresentação, pelo docente, de um programa de atividades de magistério, aprovado pelo Departamento, em consonância com o Plano Departamental para determinado período;

II — o acompanhamento e avaliação terão por base os resultados alcançados pelo docente em relação ao seu programa de atividades;

III — o acompanhamento e avaliação dos docentes, com exercício em unidades de administração da Instituição de Ensino Superior, serão procedidos pelos seus superiores imediatos;

IV — a periodicidade da avaliação deverá ser consentânea com a programação das atividades docentes.

§ 2º A Comissão Permanente de Pessoal Docente remeterá o processo de cada docente ao dirigente da Instituição de Ensino Superior, com parecer fundamental, opinando pelo reconhecimento ou não da progressão vertical.

Art. 5º O ato do dirigente da Instituição de Ensino Superior autorizando a progressão vertical retroagirá em seus efeitos, inclusive financeiros, à data em que o docente cumpriu o interstício biênal, ou obteve o seu grau de Mestre, de Doutor ou o título de Docente Livre.

Art. 6º O Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa da Instituição de Ensino Superior participará do processo da progressão vertical carreira de Magistério Superior, nos seguintes casos:

a) para fixação ou alteração dos critérios, conforme estabelecido nesta Lei;

b) para decidir sobre casos omissos no processo, mediante provocação da Comissão Permanente de Pessoal Docente, de Conselho Departamental ou de qualquer docente interessado;

c) em grau de recurso, da decisão do dirigente da Instituição de Ensino Superior negando a progressão vertical requerida, nos prazos regimentais.

Art. 7º O docente que tiver negada a sua progressão vertical por avaliação do desempenho global poderá, em qualquer tempo, renovar o seu pedido, desde que aduzindo elementos comprobatórios de novas atividades.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º São revogadas as disposições em contrário.

Justificação

De acordo com a legislação relativa ao magistério superior federal, o docente pode progredir de uma classe para a que lhe é superior por dois processos distintos, a saber: o que se relaciona com a titulação obtida e que pode ocorrer a qualquer tempo, independente de interstício, e o que se vincula a uma avaliação do seu desempenho global, somente podendo desta ocorrer após o interstício de dois anos na referência final de sua classe.

O presente Projeto de Lei tem como escopo evitar distorções na aplicação do mecanismo da progressão vertical da carreira de magistério superior, eventualmente ocorridas em algumas universidades.

O sentido primeiro é separar, de modo mais nítido e irrefutável, os dois processos de progressão vertical: o decorrente da obtenção da titulação e o que resulta de uma avaliação do desempenho global do docente. Isto porque existem instituições que estão cobrando do docente, na avaliação periódica do seu desempenho global, a aprovação em curso de pós-graduação, que é o outro processo de progressão vertical.

Ao disciplinar a mecânica de avaliação do desempenho global do docente, é conveniente se deixar claro que esta deve considerar todas as atividades de magistério superior, tais como definidas pela legislação pertinente, e não apenas parte delas, procedimento que privilegia algumas dentro as do elenco, em detrimento das outras.

Igualmente, enfatizar que as atividades de magistério superior desempenhadas pelos docentes, em sendo resultantes de contratações diferentes, para regimes de trabalho diferentes, a avaliação do desempenho somente deverá considerar as obrigações contratuais e as constantes dos respectivos planos de trabalho, jamais outras que não estejam pactuadas.

Outro ponto fundamental se relaciona com a equivalência ao grau de Mestre, uma das exigências da legislação vigente. No entanto, pelo Artigo 21 da Lei n.º 6.182, de 11 de dezembro de 1974, permitia-se que o cargo ou emprego de Professor Assistente fosse provido através de um processo-seletivo especial, no qual o grau de Mestre, normalmente exigido como requisito de inscrição, fosse substituído pelo estágio probatório de, no mínimo, três anos, como Auxiliar de Ensino. Não parece lógico que os auxiliares de ensino admitidos no regime daquele Artigo, dispensados da comprovação do grau de Mestre para galgar a classe de Professor Assistente, tenham este requisito cobrado, depois, quando foram desobrigados de possuí-lo no momento da inscrição.

A Proposição ainda cuida do procedimento no sentido de tornar mais transparente a mecânica da progressão, unificando as instâncias e os efeitos decorrentes, inclusive financeiros. Neste particular deve-se ter em mente que o direito à progressão vertical se dá, ou no momento da obtenção do grau de pós-graduação (e seus equivalentes), ou no momento em que se completa o interstício. O resto do processo é de verificação e formalização, não cabendo ao candidato a responsabilidade por eventuais delongas administrativas.

Finalmente, é democrático permitir que, se num determinado momento, o docente avaliado não tenha êxito na sua postulação, o seu pedido possa ser renovado posteriormente, não sendo cortada, de modo definitivo, a possibilidade de progressão a quem teve, eventualmente um insucesso.

Sala das Comissões, 1.º de novembro de 1985. — Nivaldo Machado.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Educação e Cultura e de Serviço Público Civil.)

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — O projeto lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA (PFL — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recebi hoje telex, encaminhado pelo Prefeito da minha cidade de Sousa, no alto sertão da Paraíba, e de outras autoridades, como o Presidente da Associação Commercial, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e o Presidente do Sindicato Patronal Rural de Sousa, em que fazem uma longa exposição sobre os efeitos da enchente deste ano sobre a colheita de produtos básicos do mercado local, que é o algodão e, ao final, pedem a aplicação da Circular nº 923 do Banco Central, de 19 de abril de 1985.

É o seguinte o texto do telex, Sr. Presidente:

Excelentíssimo Senhor
Senador Marcondes Gadelha
Gabinete da 3^a Secretaria da Mesa Diretora do
Senado
Brasília — DF

Como eh do conhecimento de V. Ex^a, os índices de pluviosidade do inverno deste ano alcançaram patamares insuportáveis para as culturas agrícolas de nossa região, comprometendo, destarte, o suces-

so das colheitas, tanto pelo próprio excesso das águas, como também pela quantidade de pragas que vieram em decorrência das cheias. Para maior clareza, basta lembrar que o rigoroso inverno deste ano, com cheias verdadeiramente calamitosas, iniciado em dezembro do ano passado, prolongou-se até agosto deste ano, configurando uma situação inteiramente atípica e jamais vista em nossa região, a qual, pela natureza de seus invernos anteriores, estava habituada a desenvolver culturas que não se adaptam ao excesso de chuvas, como eh o caso do algodão — principal atividade agrícola do semiárido.

Sem maiores delongas, Senhor Senador, esta situação foi reconhecida oficialmente pelo Banco Central do Brasil em abril do ano em curso, quando determinou aos agentes financeiros da rede privada e oficial a prorrogação, por meio de aditivo aos contratos então celebrados, pelo prazo de um ano, dos empréstimos agrícolas de custeio, contada essa prorrogação a partir do vencimento final constante de cada contrato. Ocorre todavia que o nosso agricultor, na esperança de que as cheias cessassem e ele pudesse refazer seus plantios, preferiu aguardar o resultado final da colheita, antes de optar pelo benefício concedido pelo Banco Central. Foi em vão esperar. As cheias não cessaram e comprometeram danosamente a nossa safra com sérios e graves prejuízos para o agricultor e a região.

Isto posto, vimos solicitar o empenho de V. Ex^a junto ao Banco Central para revalidar a determinação dada em abril deste ano, e, consequentemente, autorizar com urgência a prorrogação de todos os custeios agrícolas com parcelas vencidas e vencendas no corrente ano de 1985, por ser medida que vem a reduzir parcialmente os prejuízos sofridos pela agricultura do semiárido nordestino.

Confiantes que somos na elevada sensibilidade de V. Ex^a para com os assuntos de sua região, aguardamos seu breve pronunciamento a respeito da postulação em causa, ao tempo em que sugerimos ainda que V. Ex^a se alie a outras lideranças políticas da nossa região em defesa da causa comum.

Por último, reiteramos a nossa irrestrita confiança no trabalho de V. Ex^a, que em outras ocasiões tão bem soube acolher as nossas propostas.

Com elevada estima. — Nicodemus de Paiva Gadelha, Prefeito Municipal — Antonio Marmo Gomes Casimiro, Presidente da Associação Comercial de Souza — Francisco Cartaxo Correia de Sá, Presidente do Sindicato Patronal Rural de Souza — Joziel Pereira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Em tempo:

A circular do Banco Central tem o número 923 de 19-4-85.

Sr. Presidente, está feito o registro que, evidentemente, se acompanha do nosso mais veemente apelo às autoridades. No caso, o Banco Central e os agentes financeiros — o Banco do Brasil e a rede privada — para que façam valer essa circular de abril, que era um gesto incondicional e incondicionado das autoridades monetárias. A Circular nº 923 manda simplesmente prorrogar os custeios agrícolas, independente da cobertura pelo PROAGRO, e independente de avaliações a posteriori. Entendeu o Banco Central, com base em análises feitas pela SUDENE, pelo Ministério do Interior e por outras entidades governamentais, que a situação em abril já configurava uma calamidade pública, de resultados absolutamente imprevisíveis e certamente devastadoras para a região. A quantidade de chuva foi de tal ordem que o principal produto da região, o algodão, evidentemente não suportaria.

Mas, Sr. Presidente, em cima disso tudo tivemos um gravame terrível, uma praga chamada bicudo, que atende pelo nome científico de *anthonomus grandis* e que em inglês é chamado *boll weevil*, contra a qual nossas defesas fitossanitárias ainda são extremamente precárias. Basta dizer que essa praga se instalou nos Estados Unidos, vinda do México, em 1922, e até hoje não foi erradicada. No País de economia agrícola mais sólida do mundo e de pesquisas agro-sanitárias e genéticas mais avançadas, até hoje não se conseguiu a erradicação do bicudo.

O bicudo foi introduzido no Nordeste, criminosamente, não se sabe por quais indivíduos ou entidades, mas tem-se alguma suposição quanto aos propósitos.

Pois bem, Sr. Presidente, sobre a cheia instalou-se também o bicudo, e o resultado foi arrasador. A nossa esperança é de que tenhamos o apoio do Senado Federal, particularmente da bancada nordestina, no sentido de sustentar a nossa reivindicação, o nosso pleito, o nosso apelo ao Banco Central, para que faça cumprir uma determinação que já havia sido tomada pelo próprio Banco Central que, infelizmente, foi sobrestada e infelizmente postergada, em função da esperança que é emperrada no coração do nordestino de que, de alguma forma, aquela cheia ainda viesse a ser superada e as novas florações de algodão trouxessem uma colheita compensadora, o que afinal e lamentavelmente não aconteceu. Então pedimos, Sr. Presidente, a aplicação da Circular nº 923, independente de qualquer análise a posteriori, independente da cobertura caso a caso, do PROAGRO.

Era o que tinha adizer. (Muito bem!)

O SR. HÉLIO GUEIROS — Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Concedo a palavra ao nobre Senador Hélio Gueiros, para uma questão de ordem.

O SR. HÉLIO GUEIROS (PMDB — PA. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Ontem, no decorrer da reunião, o eminentíssimo Senador Luiz Cavalcante, com base em artigo de jornal, levantou dúvidas sobre a procedência do comportamento da Mesa convocando sessões do Congresso Nacional, quando de antemão deveria saber que não há número. S. Ex^a — citando sempre o jornal — declarou que uma sessão do Congresso Nacional saía por 500 milhões de cruzeiros e, portanto, era um desperdício o que a Mesa do Congresso Nacional estava realizando.

Não sei, eminentíssimo Sr. Presidente, até que ponto essa opinião, baseada em notícia de jornal, possa ter afetado ou mudado o comportamento da Mesa do Congresso Nacional, e é por isso que, respeitosamente, levanto essa questão de ordem.

Sr. Presidente, o art. 51 da Constituição federal declara:

"Art. 51. O Presidente da República poderá enviar ao Congresso Nacional projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento na Câmara dos Deputados, e de igual prazo no Senado Federal."

E no § 3º diz:

"Na falta de deliberação dentro dos prazos estabelecidos neste artigo e no parágrafo anterior, cada projeto será incluído automaticamente na ordem do dia, em regime de urgência, nas dez sessões subsequentes em dias sucessivos; se, ao final dessas, não for apreciado, considerar-se-á definitivamente aprovado."

O art. 55 no seu § 1º estabelece o mesmo rito e procedimento quando se tratar de decreto-lei.

Nessas condições, Sr. Presidente, entendo que a Mesa do Congresso Nacional é obrigada a convocar sessões para apreciação da matéria em pauta. Pouco importa se a Mesa desconfia ou não se vai haver número. O problema não é da Mesa do Congresso Nacional. Acima de notícia de jornal e de opinião de senador — que se confessou inclusive, jejuno, em Constituição e Regimento e por isso é estranhável que quem se considera jejuno levante uma questão, e esta, a Mesa é obrigada a convocar sessão. Se houver número, muito bem; se não houver a sessão não é para votar. Será apenas para discussão, não há necessidade de quorum qualificado, nem de maioria absoluta.

Sr. Presidente, eu desejava levantar esta questão de ordem para dar o meu testemunho também de que não é faculdade exclusiva da Mesa do Senado estar convocando ou deixar de convocar sessão do Senado. Claro que as notícias dos jornais podem incomodar, mas creio que o Congresso Nacional não tem porque temer quando está cumprindo a Constituição e o Regimento. O alto custo

da sessão é irrelevante no caso. Posso achar que o carnaval custa caro ao Brasil, mas que o povo brasileiro tem o direito de brincar o carnaval. Posso entender que um feriado também traz muito prejuízo para a Nação brasileira, mas acredito que devemos ter feriado. Acredito até que o sábado e o domingo causem prejuízo à Nação mas, nem por isso, vou querer cancelar sábado e domingo. Acho que para funcionamento do estado democrático tem que haver Congresso Nacional custe 5, 10, 100, 300, 500 milhões! O custo não interessa. O Congresso Nacional vale esse preço.

De modo Sr. Presidente, que é para dirimir a questão e evitar dúvidas que levantei esta questão de ordem, para mostrar que a Mesa do Senado, a Mesa do Congresso Nacional, está constitucional e regimentalmente obrigada a convocar essas sessões do Congresso Nacional. Não importa se haverá ou não quorum, porque os projetos só entrarão em mora — para usar essa expressão jurídica — se houver essas sessões previstas pela Constituição Federal.

Era o que eu desejava levantar perante V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Nobre Senador, a Mesa tem entendido o assunto da mesma forma que V. Ex^e, tanto que tem convocado essas sessões. E como já tivemos oportunidade de dizer é um procedimento que vem sendo adotado pelo Congresso desde que entrou em vigor esse dispositivo da Constituição, o artigo 51, o qual declara que o Presidente da República poderá enviar ao Congresso projetos de lei dos quais, se o solicitar, serão apreciados dentro de quarenta e cinco dias a contar do seu recebimento da Câmara e de igual prazo no Senado Federal. Portanto, trata-se aqui de matéria de aprovação de projetos enviados pelo Executivo, pelo decurso de prazo. E o § 3º da mesma disposição constitucional citado por V. Ex^e, sem dúvida alguma exige que as sessões sejam convocadas, para cumprimento do conjunto de dispositivo — digamos assim — de que se compõe o art. 51 da Constituição Federal. Esse procedimento só poderá deixar de ser adotado, se o decurso de prazo vier a ser, no futuro, abolido. De sorte que, é sem dúvida pelo desconhecimento desta mecânica e destas exigências do art. 51 da Constituição que têm sido levantadas as dúvidas e desfechadas as críticas contra o procedimento da Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — A Presidência constata a inexistência de quorum, em plenário, para o prosseguimento da sessão.

Antes de decretar o encerramento dos nossos trabalhos, a Presidência designa para a sessão ordinária de segunda-feira próxima, dia 4, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

(Em regime de urgência — art. 371, c, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 201, de 1985 — Complementar, de autoria do Senador Benedito Ferreira e outros Senhores Senadores, que cria o Estado do Tocantins e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 707 e 709, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, de Serviço Público Civil e de Finanças; tendo, ainda, pareceres orais, sobre a Emenda nº 1, de Plenário, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, no mérito, favorável, e

— de Serviço Público Civil e de Finanças, contrários.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 1981 (nº 1.889/76, na Casa de origem), alterando a redação dos arts. 7º, 9º e 10 da Lei nº 6.223, de 14 de julho de 1975, que dispõe sobre a fiscalização financeira e orçamentária da União, pelo Congresso Nacional, e dá outras providências, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nº 204 e 205, de 1983, das Comissões:

— de Finanças, e
— de Municípios.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 1981 (nº 78/79, na Casa de origem), introduzindo modificações na Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, tendo

PARECERES, sob nºs 514 a 516, de 1984, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Gabriel Hermes;

— de Finanças, declarando que a matéria foge à sua competência regimental e solicitando que sobre ela seja ouvida a Comissão de Economia; e

— de Economia, favorável.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1981 (nº 2.977/80, na Casa de origem), que suprime a alínea "b" do art. 39 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960 — Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECERES, sob nºs 26 a 29, de 1984, das Comissões:

— de Legislação Social — 1º pronunciamento: favorável;

— 2º pronunciamento: mantendo seu parecer anterior;

— de Constituição e Justiça, favorável; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido dos Senadores Severo Gomes e Pedro Simon.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1982 (nº 3.048/80, na Casa de origem), que facilita ao segurado a retificação do enquadramento correspondente a seu tempo de filiação à Previdência Social, tendo

PARECERES, sob nºs 376 e 377, de 1984, das Comissões:

— de Legislação Social, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CLS, com voto vencido, em separado, do Senador Jorge Kalume; e

— de Finanças, contrário, com voto vencido do Senador Cid Sampaio.

6

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 10 de 1982 (nº 4.608/81, na Casa de origem), que autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade das Missões, com sede em Santo Ângelo — RS, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 212, de 1982, da Comissão:

— de Educação e Cultura.

7

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1982 (nº 2.631/80, na Casa de origem), acrescentando parágrafo ao art. 27 da Lei nº 3.274, de 2 de outubro de 1957, que disciplina o regime penitenciário, tendo

PARECER, sob nº 807, de 1983, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, favorável, com voto vencido do Senador Helvídio Nunes.

8

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1983 (nº 5.450/71, na Casa de origem), que concede anistia a mães de família condenadas até 5 (cinco) anos de prisão, tendo

PARECER, sob nº 398, de 1985, da Comissão:

— de Constituição e Justiça, favorável.

9

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1984 (nº 2.845/76, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, para dispor sobre o segurado que tiver assumido cargo público e perdido o prazo para continuar contribuindo como autônomo, tendo

PARECERES FAVORÁVEIS, sob nºs 627 e 628, de 1985, das Comissões:

— de Legislação Social; e

— de Finanças.

10

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 55, de 1984 (nº 759/83, na Casa de origem), determinando que os depósitos e repasses dos órgãos públicos federais do Nordeste sejam feitos no Banco do Nordeste do Brasil S.A. — BNB, tendo

PARECERES, sob nºs 611, e 612, de 1984, das Comissões:

— de Economia, contrário; e

— de Finanças, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CP.

11

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1985 (nº 2.393/79, na Casa de origem), que altera a redação do art. 135 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que dispõe sobre a concessão das férias anuais remuneradas, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 452, de 1985, da Comissão:

— de Legislação Social.

12

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1985 (nº 2.296/83, na Casa de origem), que dispõe sobre a defesa de médico, servidor público, em processos judiciais decorrentes do exercício da profissão, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 604, de 1985, da Comissão:

— de Serviço Público Civil.

13

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 50, de 1981 (nº 2.048/79, na Casa de origem), que dá nova redação ao § 2º do art. 458 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre o fornecimento de transporte para o trabalhador, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 429, de 1982, da Comissão:

— de Legislação Social.

14

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 1982 (nº 3.427/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 444 à 447, de 1985, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, favorável;

— de Legislação Social, favorável, com emenda que apresenta nº 1 - CLS;

— de Serviço Público Civil, favorável, com emendas que apresenta de nº 2 à 9 — CSPC; e

— de Saúde, favorável ao projeto e às emendas das Comissões de Legislação Social e de Serviço Público Civil.

15

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 1985 (nº 1.550/83, na Casa de origem), que declara feriado nacional o dia 20 de novembro, já celebrado Dia Nacional da Consciência Negra pela comunidade Afro-brasileira, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 611, de 1985, da Comissão:

— de Educação e Cultura.

16

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 244, de 1981 — Complementar, de autoria do Senador Cunha Lima, acrescentando o § 4º ao art. 2º da Lei Complementar nº 1, de 1967, que visa a reduzir, em casos que especifica, o limite mínimo populacional de que trata o inciso I do mesmo artigo, tendo

PARECERES, sob nºs 945 e 946, de 1981, 745 e 746, de 1984, das Comissões:

— de Constituição e Justiça — 1º pronunciamento, pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento, favorável à emenda de plenário; e

— de Municípios — 1º pronunciamento, favorável; 2º pronunciamento, contrário à emenda de plenário.

17

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 115, de 1985 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 800, de 1985), que autoriza a Prefeitura Municipal de Uberaba (MG) a elevar em Cr\$ 100.988.400 (cem milhões, novecentos e oitenta e oito mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 801 e 802, de 1985, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

18

Votação, em turno único, do Requerimento nº 423, de 1985, de autoria do Senador Carlos Chiarelli, Líder do PFL, requerendo nos termos do art. 371-C, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 124, de 1985 (nº 4.014/84, na Casa de origem), que proíbe a pesca de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras e dá outras providências.

19

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 173, de 1982, de autoria do Senador Moacyr Duarte, que altera dispositivo da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977, possibilitando o divórcio entre pessoa nunca antes divorciada e outra já divorciada anteriormente, tendo

PARECERES, sob nº 766, de 1985, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, nos termos de substitutivo que oferece, com voto em separado do Senador Nelson Carneiro.

20

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 1983, de autoria do Senador Murilo Baradão, que cria e regula a aplicação pela Censura Federal, o certificado de liberação restrita e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 804 e 805, de 1985, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Educação e Cultura, favorável, com emendas que apresenta de nºs 1 a 4-CEC, e voto vencido, em separado do Senador Jorge Kalume.

21

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1980)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980, de autoria do Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre a participação dos servidores nos órgãos de direção e fiscalização das entidades que menciona, tendo

PARECERES, sob nºs 349, 350, 354 e 355, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil, favorável; e
- de Finanças, favorável, com voto vencido dos Senadores Roberto Campos e José Lins.

22

(Tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980)

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 129, de 1980, de autoria do Senador Franco Montoro, que assegura a participação dos empregados na direção das empresas públicas e sociedades de economia mista, tendo

PARECERES, sob nºs 351 a 355, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável;
- de Legislação Social, favorável;
- de Serviço Público Civil — 1º pronunciamento: favorável; 2º pronunciamento: pela prejudicialidade, face pa-

recer favorável dado ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980; e

— de Finanças, pela prejudicialidade; face parecer favorável dado ao Projeto de Lei do Senado nº 96, de 1980, com voto vencido dos Senadores Roberto Campos e José Lins.

23

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 336, de 1980, de autoria do Senador Pedro Simon, que dispõe sobre privilégios assegurados às empresas de auditagem de capital nacional e dá outras provisões, tendo

PARECERES, sob nºs 248 a 250, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade e, quanto ao mérito, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta;

— de Economia, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, com voto vencido dos Senadores José Lins, Gabriel Hermes e Lenoir Vargas; e

— de Relações Exteriores, favorável ao substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

24

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 1982 (nº 4.800/81, na Casa de origem), que disciplina as atividades profissionais dos vigias portuários, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 1.025, 1.026 e 1.027, de 1983, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, favorável;
- de Legislação Social, contrário, com voto vencido do Senador José Ignácio Ferreira; e
- de Finanças, favorável.

25

Discussão, em turno único, o Projeto de Resolução nº 110, de 1985 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça como conclusão de seu Parecer nº 778, de 1985), que suspende a execução do art. 1º da Resolução nº 13, de 4 de maio de 1983, na Câmara dos Deputados, na parte em que deliberou sustar o processo criminal contra o ex-Deputado Domingos Antônio de Freitas Diniz Neto.

O SR. PRESIDENTE (José Fragelli) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 55 minutos.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO PO- PULACIONAL BRASILEIRO.

14ª Reunião, realizada em 16 de agosto de 1983

Aos dezesseis dias do mês de agosto de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, na sala de reuniões da Comissão de Economia, presentes os Srs. Senadores Almir Pinto (relator), Aderbal Jurema, Passos Pôrto, Eunice Michiles, Hélio Gueiros, Marcondes Gadelha, Saldanha Derré, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores Mário Maia, Cláudionor Roriz, Jaison Barreto e João Lobo.

Devido à ausência dos Srs. presidente e Vice-Presidente da Comissão, assume a Presidência, eventualmente, o Sr. Senador Aderbal Jurema que declara abertos os trabalhos.

Em seguida, o Sr. Presidente concede a palavra ao Presidente do Centro de Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e à Criança — CEPAIMC, Dr. Hélio Aguinaga, na qualidade de depoente.

O Dr. Hélio Aguinaga esclarece que pelo fato de ser médico enfocará a necessidade do planejamento familiar como atividade de saúde. Discorre, ainda, sobre a maternidade, o aborto e o contraceptivo.

Durante a fase interpellatória, usam da palavra, os Srs. Senadores Passos Pôrto, Marcondes Gadelha, Eunice Michiles, Almir Pinto, Aderbal Jurema e Sr. Flórida Acioli.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu Edson Luiz Campos Ábreo, Assistente da Comissão, lavrei a presente ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação...

ANEXO À ATA DA 14ª REUNIÃO DA CO- MISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMEN- TO POPULACIONAL BRASILEIRO, REALIZADA EM 16 DE AGOSTO DE 1983, DESTINADA A OUVIR O DR. HÉLIO AGUINAGA, PRESI- DENTE DO CENTRO DE PESQUISA E ASSISTÊ- NCIA INTEGRADA À MULHER E À CRIANÇA — CEPAIMC, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA CO- MISSÃO.

Presidente: Senador Mário Maia.

Relator: Senador Almir Pinto.

(Integra do apanhamento taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Está presente, a convite desta Comissão, o eminente Professor Dr. Hélio Aguinaga, Presidente da CEPAIMC — Centro de Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e à Criança.

Esta é a 14ª Reunião, e antes de iniciar a sua palestra, convidou o Dr. Hélio Aguinaga para prestar o juramento de praxe.

O SR. HÉLIO AGUINAGA —

“Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.”

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Prestado o juramento de praxe, cabe-me como o mais velho da Comissão, na ausência do seu Presidente, dirigir os trabalhos de hoje, o que para mim é muito agradável, porque, como professor, sinto-me à vontade na companhia do eminentíssimo médico Hélio Aguinaga.

Ao seu lado está o relator, o Senador e também médico Almir Pinto, que vem dando a esta Comissão tempo integral.

Os Senadores presentes vão ouvi-lo, agora, e depois teremos, então, a parte das indagações, num debate cordial, sem aquela preocupação, por que da discussão nasce a luz. Dessa diálogo nascerá, sem dúvida, o aperfeiçoamento desta Comissão, com sua ilustre contribuição. Passo a palavra ao Dr. Hélio Aguinaga.

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Somos muito honrados em sermos convidados pelo Congresso, para prestar depoimento nesta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os problemas populacionais do Brasil.

Como não sou demógrafo nem economista e muito menos sociólogo e sim médico, acho que devo enfocar o assunto sobre o prisma de uma necessidade do planejamento familiar, como atividade de saúde. A falta do componente de planejamento familiar nos programas maternos-infantis já matou mais crianças do que a paralisia infantil e é responsável muitas vezes mais por crianças excepcionais, que essa doença infecciosa jamais produziu. A falta de um complexo de atividade de planejamento familiar nos programas materno-infantis é dolorosa pelos seus resultados e criminosa pela consequência de sua omissão.

A importância do assunto a ser tratado decorre da elevada porcentagem da população que está no grupo materno-infantil, o problema social que o planejamento familiar representa e as perspectivas do futuro que dele dependem.

Com efeito, com a população do País estimada em 120 milhões de habitantes, cerca de 70%, ou seja, 84 mi-

lhões pertencem à faixa materno-infantil sendo que deste total 45 milhões são menores de 20 anos. Esta cifra da população jovem representa, sem dúvida, abertura promissora para os tempos que virão, mas é, ao mesmo tempo, peso e grande responsabilidade do presente, que não podemos ignorar ou dele fugir, se quisermos realmente contribuir para melhor bem-estar das novas gerações.

Será difícil que no próximo século se consiga modificar substancialmente essa proporção avantajada de jovens, mesmo tomando desde já medidas decisivas. No entretanto, se não nos empenharmos com todos as forças e com todo o ímpeto de que formos capazes em trazer condições para quebrar o ciclo vicioso da carência em que se encontra preso o complexo materno-infantil, estará definitivamente comprometido o futuro da Nação. E para isso, é imprescindível ações de planejamento familiar.

Quando se fala em planejamento familiar, as opiniões se dividem com argumentos válidos, prós e contras, no campo da demografia, economia, social, político e religioso. E, no entanto, entre esses dois extremos em que se situa o planejamento familiar como atividade de saúde, em que nenhum dos profissionais citados poderá argumentar e que hoje constitui, sem dúvida, um componente essencial na medicina preventiva.

Seria talvez oportuno mais uma vez dar ênfase aos aspectos diferenciados entre controle da natalidade usado, muitas vezes, deliberadamente como sinônimo de planejamento familiar, mas de conceituação diversa e bem definida.

Controle da natalidade é política de governo, de natureza compulsória que por razões econômicas procura induzir uma comunidade a conter os nascimentos, como o objetivo de baixar a taxa do crescimento demográfico.

Planejamento familiar é uma decisão livre e voluntária do casal, que recebe informações, educação e assistência na área da reprodução, concernente tanto à contracepção como à infertilidade, para que decida de forma responsável o número da prole em função da capacidade de criá-la condignamente e usado, sobretudo, como instrumento de saúde.

Pelas características da definição, o controle da natalidade não tem razão de ser dentro do conceito médico, e, ao contrário, o planejamento familiar enquadraria perfeitamente em suas ações.

Hoje em dia, nenhum programa de saúde pode se considerar completo a menos que ofereça pronto acesso a medidas apropriadas de planejamento familiar para todos os usuários em potencial.

Paralelamente a apreensão das implicações a longo prazo do crescimento rápido da população e o reconhecimento de que a mulher tem o direito de controlar sua própria fertilidade, a preocupação com a saúde pessoal faz com que a contracepção viesse ocupar um lugar importante nas atividades gineco-obstétricas. Mulheres que dão a luz muito cedo ou muito tarde em suas vidas, mulheres que têm filhos em demasia ou com intervalos entre eles muito curtos põem em perigo a elas e aos filhos.

Mães muito cedo ou muito tarde

O fato negativo na evolução feminina que as mulheres se tornam férteis alguns anos antes do que seria, para mães e filhos, o período mais seguro para dar a luz; mas ainda, elas assim permanecem usualmente por 10 ou 15 anos além do período de menor risco ao parto.

Enquanto a fertilidade torna-se possível entre 10 a 15 anos, a gestação torna-se segura, sob o ponto de vista biológico, em torno dos 18 ou 20 anos. O período de maior segurança dura cerca de uma década e, então, quando a mulher atinge a idade de 30 anos, os riscos para a mãe e o filho começam a crescer e continuam essa escalada a cada ano que passa.

O grau absoluto desses riscos é determinado, preliminarmente pelas condições sociais e ambientais: uma mulher suca de 42 anos corre menor risco em dar a luz do que uma mulher de 24 anos, por exemplo, na zona rural do Nordeste, e mortes na gestação e no parto entre as mulheres brancas dos Estados Unidos são somente um terço tão freqüentes do que nas mulheres americanas de outras raças.

Mas, em todas as sociedades e em todos os níveis sócio-econômicos, as probabilidades que a mãe ou seu fi-

lhão sejam vítimas da morte ou doença aumentam, quando o parto se dá cedo ou muito tarde em sua vida.

Muito Cedo

Esse aspecto torna-se particularmente importante quando se sabe que cerca de 10 a 15 por cento de todos os partos do mundo — em torno de 12 a 18 milhões por ano — referem-se a mães adolescentes. Tanto sob o ponto de vista sociofísico como biologicamente os fatores acumulam-se contra essas jovens mães e seus filhos. As mães jovens, com seus corpos ainda não bem desenvolvidos, enfrentam um perigo extra no parto e têm probabilidades maiores do que as mães nos seus 20 anos de darem a luz a crianças mais frágeis. As restrições psicológicas da gravidez na adolescência podem ser ainda maiores que os riscos biológicos.

A maternidade apropriada de uma adolescente depende de seu equilíbrio emocional, dos recursos financeiros e grau de educação e também como a cultura do meio em que vive, recebe e trata as jovens mães. As meninas de 14 — 15 anos geralmente falta a maturidade e os meios de sustentação necessários para dar a uma criança um ambiente estável, sadio e estimulante.

Se como vimos, as mães adolescentes pagam alto tributo em morte durante o parto, a gravidez precoce cobra maior porcentagem entre as crianças assim nascidas.

Em recente levantamento realizado pela Organização Pan-Americana de Saúde das mortes infantis nas Américas, mostrou-se irrefutavelmente que a gravidez na adolescência representa um alto risco. Em São Paulo, por exemplo, morrem 104 crianças em cada 1.000 nascidas de adolescentes, antes de um ano de idade, comparadas com somente 53 por mil nascidas de mães entre 25 e 29 anos de idade.

Quer nas regiões ricas ou pobres das Américas, como também em qualquer parte do mundo, a maior tendência das crianças, filhos de adolescentes, é de nascerem prematuros ou de baixo peso, elevando as probabilidades de uma morte precoce. Essas crianças sucumbem mais facilmente às infecções e desnutrições que às mais robustas. Entre os californianos o levantamento da OMS revelou que 26 de cada 1.000 crianças nascidas de mães de menos de 20 anos morrem no primeiro ano de vida comparadas às 15 por mil nascidas de mães no final dos vinte anos.

A proporção de todas as crianças nascidas de mães adolescentes varia consideravelmente entre os países e não estão diretamente relacionadas com os níveis de renda. Refletem, em parte, a idade usual do casamento das meninas. A modernização parece estar elevando gradualmente a média da idade dos casamentos em todo o mundo, especialmente entre as populações urbanas, mas meninas em muitos países pobres ainda normalmente casam-se no início da puberdade. De 10 a 20 por cento das crianças nascidas na maioria dos países pobres são de mães adolescentes.

O conceito de casamento precoce, no entretanto, por si só, não determina a proporção de gravidez em adolescentes em relação a dos adultos. Nos Estados Unidos, por exemplo, as adolescentes dão a luz a um quinto de todas as crianças — uma proporção maior do que a encontrada na maioria dos países pobres. A média de idade da mulher americana quando se casa é de 21 anos e está elevando-se, o que mostra que a explicação da gravidez no adolescente envolve mais do que o casamento precoce. Se bem que a média de nascimentos entre as mulheres adultas tenha caído sistematicamente nos últimos anos, a média dos partos das adolescentes não mostrou queda significativa. Pelo contrário, para meninas de menos de 15 anos aumentou ligeiramente. Portanto o nascimento por adolescentes pesa na porcentagem crescente do total de partos nos Estados Unidos. Um terço desses nascimentos de mães adolescentes — 200.000 cada ano — envolve mães solteiras e, somente o acesso generalizado aos serviços de aborto naquele país conserva a cifra nesse nível. O crescente número de nascimentos de adolescentes solteiras representa um problema sério de saúde para a América do Norte, sem mencionar o enorme desafio social. Os Estados Unidos falharam completamente em alcançar os adolescentes com as informações e os meios que necessitam para limitar sua fertilidade. Com o aumento sistemático da atividade sexual entre os adoles-

centes há um temor que a onda de gravidez entre eles venha se acumulando em um crescendo.

Muito Tarde

Mulheres que engravidam depois que os seus anos reprodutivos mais seguros passaram, também acrescentam um alto risco para elas e seus filhos. Se bem que a taxa de mortalidade seja bem baixa nos Estados Unidos e Europa, para todas as idades, faz exceção para mulheres com mais de 40 anos. Estatísticas americanas de 1974 mostram que a incidência de mortes associadas com gravidez e parto entre as americanas sobe gradualmente depois que as mães passaram de 30 anos de idade — elevando-se do número baixo de 10 mortes maternas por 100.000 partos entre as mulheres nas décadas de 20 anos para 86 mortes entre as mulheres de 40 anos e chegando a 234 mortes para o mesmo número de partos entre mulheres com mais de 45 anos.

Nos países pobres o risco materno também aumenta dramaticamente com a idade; na Tailândia, por exemplo, a morte materna eleva-se de 154 mortes para 100.000 partos entre mulheres na década de 20 anos para uma cruel cifra de 474 por 100.000 entre as mulheres de 40.

Uma vez que a mulher passa os 30 anos a probabilidade de dar a luz a um prematuro ou criança com baixo peso começa a crescer paralelamente às suas possibilidades de aparecerem complicações durante o parto. A taxa de mortalidade infantil também aumenta, se bem que permaneçam menores do que para as crianças de mães adolescentes.

Outros perigos além da morte materno-infantil estão associados à gravidez tardia. Mães idosas são mais suscetíveis que as mais jovens a dar a luz a crianças com defeitos congênitos. Os riscos genéticos claramente se elevam na condição que envolve a chamada síndrome de Down comumente conhecida como mongolismo, cujas vítimas sofrem de idiotia e incapacidade física.

A incidência do mongolismo entre as crianças cresce exponencialmente com a idade das mães — varia de zero entre as crianças nascidas de mães jovens até tanto quanto 14 mongoloides por 1.000 crianças nascidas de mães com idade acima de 40, com a taxa exata variando por país. Hoje em dia, muitas mulheres idosas com acesso a serviços médicos sofisticados tiram proveito de uma nova tecnologia chamada amniocentesis que pode identificar certos defeitos congênitos no feto. Muitas delas escolhem o aborto, quando o diagnóstico de mongolismo é descoberto.

Muitas Crianças em Intervalos Curtos

O número de crianças que uma mulher tem na sua vida afeta significativamente sua saúde. Seu primeiro filho carrega um pequeno risco maior de complicações ou morte para ela e para a criança do que o segundo e o terceiro, primeiramente porque o primeiro filho revela qualquer fraqueza física ou anormalidade genética na mãe ou no pai. O segundo e terceiro partos de uma mulher são geralmente os mais seguros mas com o quarto parto, a incidência de morte materna, aborto e mortalidade infantil é perinatal começa a crescer, pulando repentinamente com o nascimento do quinto e cada criança sucessiva.

Até um certo ponto, no parto, a prática não traz a perfeição; pelo contrário, acarreta perigos crescentes. O nível atual de risco que envolve dar a luz um número grande de filhos depende, naturalmente, do meio social da mãe. Mas um padrão prevalece em todos os países e em todas as classes sociais: o risco aumenta assim que o número de crianças passa de 3 ou 4. Contrariamente à crença de muita gente, incluindo alguns médicos, de que a mulher com muitos filhos está mais apta a ter partos mais fáceis e com menos dores, essas mulheres estão de fato, mais suscetíveis a complicações e moléstias associadas à gravidez.

Desde que o quinto e os subsequentes partos trazem um risco extra para mães e filhos, independente do seu nível social parece estar em jogo alguma lei básica biológica. Os fatores sócio-econômicos contudo, são os determinantes preponderantes dos níveis de risco inerentes à alta fertilidade. De longe o maior impacto negativo de

saúde das famílias numerosas aparece entre os grupos de menor renda, que geralmente têm mais de 5 filhos.

Estudos em famílias pobres de diversas áreas do Nordeste mostraram constantemente que crianças de famílias numerosas possuem maior risco de sofrerem de desnutrição, presas mais fáceis das doenças e morte. O caçula é usualmente o mais fortemente atingido, algumas vezes por discriminação na distribuição da comida familiar mas também porque devem viver com dietas reduzidas durante os anos iniciais, mais vulneráveis sob o aspecto nutricional.

Os efeitos deletérios de numerosos nascimentos nas mães e seus filhos são mais prováveis de ocorrer quando o intervalo entre esses nascimentos são curtos. Um estudo realizado no Punjab, Índia, mostrou que as crianças nascidas com menos de dois anos de intervalo do filho anterior tem 50 por cento de maior probabilidade de morrer até um ano de idade do que aqueles que nasceram com intervalos de 2 a 4 anos entre os partos. Os riscos não são só para os recém-nascidos mas também para o irmão mais novo que justo o precede. Quando um novo filho aparece rapidamente, a criança que mamava é afastada preventivamente do seio materno e pode não haver proteína suficiente para substituir o leite materno. A palavra "Kwashiorkor" — o nome de uma doença fatal por deficiência de proteínas — literalmente significa "doença da criança desmamada quando o seguinte nasce".

Uma rápida sucessão de gravidez pode trazer doença e morte para a mulher como também para a sua descendência. Para começar, uma mulher está em grave perigo se é alimentada insuficientemente, porque tanto a gravidez como a lactação exigem um pesado custo nutricional que as mulheres pobres, raramente estão em condições de compensar aumentando a quantidade e a qualidade da alimentação que comem. Se elas não são capazes de suplementar essas necessidades alimentares o seu organismo as retira de suas reservas.

Para milhares de mulheres pobres no País, um casamento precoce é seguido de duas décadas ou mais de gravidezes ininterruptas e amamentação das quais elas não têm oportunidade de se recuperar. Acresce-se que durante todo esse tempo estão exauridas pelo trabalho pesado do campo e com outras tarefas extenuantes que realizam, quase sempre com um filho nas costas e outro no ventre. São mulheres que aos trinta anos estão envelhecidas, faces pálidas e enrugadas vítimas das condições de vida agravadas pelas gestações sucessivas.

Aborto

Quando um contraceptivo não está ao alcance, não é usado ou falha, uma grande parte das mulheres brasileiras recorre ao aborto clandestino. O aborto nada mais é do que a ausência de contracepção. Calcula-se por estimativa, que de um milhão a um milhão e meio de abortos, são realizados por ano, entre nós.

Não consideramos o aborto como um método de contracepção mas não podemos deixar de nos referir a ele dada à realidade encontrada e às consequências que traz à saúde da mulher que quer ver-se livre de uma gravidez indesejável.

As mulheres de mais recursos financeiros encontram usualmente médicos prontos a realizarem abortos em melhores condições de segurança, mas, milhares de outras, que não possuem os recursos mencionados ficam expostas aos azares de intervenções menos favoráveis. Algumas colocam-se nas mãos de "curiosas" sem nenhum conhecimento e outras em desespero, experimentam realizar o aborto elas mesmas usando os meios mais crueis.

O aborto inexperiente ou anti-higiênico envolve um risco elevado de complicações ou morte para uma mulher grávida. Como o aborto é realizado ilegalmente, às escondidas, não é possível saber precisamente o seu número. As consequências de abortos mal feitos, contudo, não podem passar despercebidas.

A morte materna por causas obstétricas aumentou de 300% nessa última década e mais de 40% dos recursos orçados pelo INAMPS para obstetrícia são gastos no tratamento de complicações do aborto.

É um preço muito caro que se está pagando pela omisão de uma política nacional de população. Estamos certos que pode haver uma substancial modificação nas ci-

fras apresentadas, quando todas as mulheres puderem ter acesso às informações e aos meios de planejar sua fertilidade.

Não consideramos o aborto como um meio ideal de controlar a fertilidade. Melhor educação sexual e uma total disponibilidade de contraceptivos para todos, sem levar em conta a capacidade de pagar, são meios alternativos para reduzir o número de gravidezes indesejáveis.

Segurança Anticoncepcional

O contraceptivo ideal deve passar despercebido, ser reversível, simples e conveniente ao uso, eficiente e absolutamente seguro. Nenhum contraceptivo existente perfaz essas condições de forma que todos devem ser usados para oferecer escolha que proporcione melhor saúde.

A escolha do método deve ser de ordem individual; em termos de risco à saúde todos os métodos de contracepção, possuem evidente coeficiente de vantagens sobre a fertilidade incontrolada.

De todos os métodos contraceptivos, a pílula anticoncepcional é a que mais gerou controvérsias.

Os efeitos colaterais e as mortes ocasionais ligadas à pílula receberam uma extensa cobertura dos meios de comunicação. Não há medicamento que tenha sofrido um tão intenso estudo e uma experimentação tão profunda como os anticoncepcionais orais. Hoje em dia chegamos aos verdadeiros limites de sua ação e dos efeitos colaterais reduzindo o impacto negativo de seu uso a uma realidade científica.

Contudo, os azares do uso da pílula, como qualquer outro medicamento, podem ser considerados mínimos em relação aos riscos que envolvem uma fertilidade incontrolada.

Esse argumento, contudo, não deve gerar complacência acerca dos problemas de saúde sabidamente associados com a contracepção. Mais ainda, até que toda a geração de mulheres que tomam pílulas tenha passado, estará incompleta as observações sobre os efeitos a longo prazo.

Mulheres e homens exigem para eles meios mais seguros e efetivos de controlar a sua fertilidade.

Sé bem que a segurança relativa da contracepção comparada com o parto tenha sido estabelecida somente para os países desenvolvidos do Oeste, é sem dúvida ainda maior nos países pobres, onde os perigos associados ao parto são tão altos: Certos anticoncepcionais como os dispositivos intrauterinos, que estão associados com aumento da perda sanguínea na menstruação e também com infecções, podem ser mais perigosos para mulheres vivendo em ambientes de pobreza do que para outras de melhores condições de vida e com acesso a serviços médicos adequados.

Hoje em dia, é conceito firmado que a pílula pode melhorar alguns problemas nutricionais como a anemia por deficiência de ferro e ter influência benéfica em evitar o câncer nos seios.

Nem o diafragma ou o condom apresentam risco por si só, mas esses dispositivos são menos confiáveis e mais difíceis de serem usados que a pílula ou o DIU.

A esterilização ganha popularidade ao redor do mundo entre indivíduos que não desejam ter filhos ou já consideram tê-los em número suficiente.

Bastante segura para ambos, mulheres e homens, a contracepção cirúrgica traz a certeza e a tranquilidade em relação à contracepção. Somos, contudo, contrários às indicações indiscriminadas da esterilização, que deve obedecer um critério que esteja de acordo com o bom senso e dentro de certos princípios éticos. Os riscos da ligadura são ínfimos mas é a vasectomia, sem a menor dúvida, o mais seguro dos métodos de contracepção cirúrgica.

A escolha do método deve pertencer ao indivíduo a não ser quando razões médicas contra-indiquem o seu uso; em termos de risco de morte todos os métodos aceitos de contracepção levam perceptível vantagem de saúde sobre a fertilidade incontrolada.

Planejando a vida

Estamos absolutamente convencidos que a saúde como um todo melhoraria acentuadamente se medidas de planejamento familiar fossem adotadas, e mais largamente disponíveis e usadas para reduzir as gravidezes precoces e tardias, colocar um limite razoável no tam-

nho das famílias e guardar um intervalo saudável entre os nascimentos.

A inter-relação da pobreza e a fertilidade excessiva produz um ciclo de desespero que auto se reforça: esperando que algum de seus descendentes não sobreviva a idade adulta, os pais acham que devem ter mais filhos do que desejam. Desde que os riscos do esgotamento materno e à mortalidade infantil aumenta com a elevação do mesmo número de gravidezes, torna-se uma bola de neve e cada vez mais nascimentos são necessários.

Um conhecimento das consequências de saúde nos diferentes padrões de reprodução torna possível descrever o que, unicamente sob o ponto de vista médico, seria uma estratégia reprodutiva ideal para todas as mulheres que desejam ter filhos. Os riscos relacionados à reprodução seriam minimizados se:

1. Mulheres não tivessem filhos antes de atingirem a idade de 18 — 20 anos.

2. Os partos fossem espaçados em pelo menos dois anos.

3. Nenhuma mulher tivesse mais de quatro filhos.

4. Mulheres não tivessem filhos depois de atingirem a idade de 35 anos.

5. Pessoas que completaram suas famílias minimizassem os riscos relacionados aos contraceptivos escolhendo a esterilização.

Educar a população acerca dos benefícios do planejamento familiar é tarefa que o Governo pode assumir para encorajá-lo a um padrão ótimo de reprodução melhorando as condições de saúde na área materno-infantil.

A viabilidade dos serviços de planejamento familiar não trará solução, certamente, para o árgido problema da saúde do pobre, mas, enquanto não a enfrentarmos, nenhuma outra combinação política trará, também, qualquer solução.

Não pretendemos com essas nossas palavras ter esgotado todos os aspectos complexos da saúde e planejamento familiar.

Acharemos compensados, no entanto, se tivermos colaborado de alguma forma para a maior conscientização geral para um problema importante e despertado o pensamento de todos para encontrar um modo mais eficiente para a sua solução. Solução para a qual ninguém pode omitir-se e que será de grande importância para milhões de indivíduos que não estão aqui presentes, mas que têm as mesmas necessidades e os mesmos desejos nossos: o bem-estar daqueles a quem amam, um melhor futuro para os filhos, o fim das injustiças e o começo da esperança.

Dessa sala não enxergamos seus rostos, não sabemos os seus nomes, não podemos contar o seu número, mas eles estão aqui.

E suas vidas podem ser alcançadas por nós...

E a nossa por eles... (Palmas).

Agradeço e gostaria de estar à disposição, não só de responder qualquer pergunta relativa ao texto que foi apresentado, mas, também, em relação a qualquer outro aspecto do planejamento familiar, que posso não ser um perito, mas, em todo caso, é um assunto que já tenho me dedicado há algum tempo e tenho um conceito que gostaria de externar, se fosse levantada essa ideia, em alguma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Vamos, agora, passar à inscrição dos Srs. Senadores. O primeiro Senador inscrito...

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Pois não,

O SR. ALMIR PINTO — É o seguinte: tem sido prática, com todos os depoentes, depois das interpelações feitas pelos Srs. Parlamentares, todos os Srs. Depoentes têm concordado que peras das extra-Senado, extra-Câmara, mas que freqüentam a Comissão e têm interesse em aprender e ouvir alguma coisa dos depoentes, podem interrogá-los. Se V. Ex^e permitir...

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Sim, antes, porém, vamos passar a palavra aos Srs. Senadores.

Com a palavra o nobre Senador Passos Pôrto.

O SR. PASSOS PÔRTO — Sr. Presidente, Dr. Hélio Aguinaga:

Incialmente, Dr. Hélio Aguinaga, gostaria de me congratular com o Senhor pela magnífica exposição que fez

a respeito do planejamento familiar, como atividade de saúde.

Depois de ouvir a sua exposição, cheguei à conclusão de que, realmente, hoje entendo porque as religiões tomam tanto cuidado, bloqueiam quase a atividade sexual, protege, sob todas as formas, este ato que é vital para a vida humana.

Vi o grau de risco que cobre uma mulher, um casal, para a maternidade. O Senhor chega a resumir os cinco instrumentos básicos para diminuir os riscos relacionados com a reprodução que seriam minimizados se "as mulheres não tivessem filhos antes de atingirem a idade de 18 a 20 anos, que os partos fossem espaçados em pelo menos dois anos etc." Por aí, vê-se a dificuldade que há de um casal manter a sua atividade sexual normal, dentro dessas exigências que são básicas pela experiência científica para o planejamento familiar e o controle, sobretudo, do risco.

Gostaria, então, de fazer uma pergunta ao Senhor que me veio à mente, agora, no curso de sua exposição. O que o Senhor diria a respeito desse novo processo de controle e de controle de riscos, sobretudo da natalidade, através da inseminação artificial; que está na ordem do Dia e tem procurado resolver os problemas, sobretudo, dos inférteis?

Essa seria a minha primeira pergunta.

O SR. HÉLIO AGUINAGA — O problema da inseminação artificial não está incluído exatamente no problema do planejamento familiar, mas o que acontece é que os gineco-obstetras, hoje, possuem na sua mão o poder quase divino de criar a vida e, também, uma responsabilidade de limitar a vida e determinar aqueles que podem ou não podem viver.

Acho que um poder desse, que a técnica evoluiu hoje com a inseminação artificial, o congelamento do sêmen, o transporte de óvulo à distância etc., fez com que isso tornasse de tal forma perigoso, que acho que isso não deve ser entregue, exclusivamente, ao casal, nem à única sociedade científica. Isso transpõe a isso, deveria ser ter um organismo internacional que fosse responsável de estabelecer os parâmetros, porque não pode ficar ao alcance de qualquer médico, porque a técnica da inseminação artificial, do bebê de proveta é uma técnica que quase segue uma receita de bolo de cozinha: pega-se o esperma, coloca-se num tubo de ensaio na estufa a 36 ou 37 graus, espera-se 84 horas, junta-se ao ovo e temos a uma gestação. Falando assim, parece tão simples, mas não o é, sobretudo são componentes psicológicos. Não sabemos o que vai acontecer a essas crianças nascidas, esses bebês de proveta. Não sabemos qual é o impacto que isso pode produzir no indivíduo. Então, essas coisas que estão ao alcance de qualquer médico, como uma tecnologia relativamente fácil, é um assunto que deveria ser melhor controlado e, acho até em nível mundial. Acho que esse problema da inseminação artificial é muito mais grave, no meu conceito, do que o problema do planejamento familiar em si.

O SR. PASSOS PÓRT — Gostaria de ouvir o Senhor, porque esse é um assunto que está em debate todos os dias e é preciso que a Comissão que visa saber as razões vinculadas ao aumento da população no Brasil deve ter, acho, um capítulo também dedicado à inseminação artificial, porque já está sendo usada com insucesso no Brasil, já há casos fatais.

Mas, Dr. Hélio, gostaria de ouvir também do Senhor uma outra indagação minha, que tem andado, por esses dias, nas vozes de muitos líderes políticos, em debate no próprio Congresso. Uma informação do Instituto Joaquim Nabuco, de Pernambuco, Professor Chaves, que disse que, na marcha em que estavam indo as carências, a crise e a fome no Nordeste, o homem acabaria ficando nanico, seriam os nanicos do Nordeste. Por sua vez eu li de um outro pernambucano, Dr. Josué de Castro, em "Geografia da Fome", de que a área do Nordeste não está incluída na área da fome como carência. Pelo contrário, as áreas de fome do Brasil eram, geralmente, as áreas da monocultura, como a região da cana-de-açúcar, cacau e café. Eram essas as áreas carênciais e não a Região Nordeste onde há recursos, inclusive naturais, que servem de base para a alimentação e que dão ao homem um certo vigor físico. Não é por acaso que nos sertões se diz que o sertanejo é um forte, ele realmente é um forte. Não vejo, assim, no quadro nordestino, apesar da minha inexperiência, essa tendência para o nanismo, para a for-

mação de nanicos. Gostaria que o Senhor, como especialista, e aqui numa Comissão que está envolvendo todos esses problemas, se o Senhor poderia nos dar uma palavra que viesse a esclarecer este fato.

O SR. HÉLIO AGUINAGA — A sua pergunta tem dois aspectos. Quero lhe dizer que acabei de voltar do Nordeste, sábado, e presenciei, no Ceará, uma criança de 4 anos de idade que não falava ainda por deficiência nutricional. E, na Paraíba, onde estive agora, também, encontrei as crianças comendo ratos.

O SR. ALMIR PINTO — Aliás, o Secretário de Saúde do Ceará aconselhou.

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Uma coisa tremenda! Sabemos perfeitamente que com cinco anos de seca, o Nordeste está inteiramente devassado. Sessenta e três por cento da população brasileira têm uma deficiência alimentar e 20% das mulheres do Nordeste têm uma anemia por deficiência de ferro. Se sabemos a importância que representa a nutrição, as taxas de proteínas durante a gestação e no primeiro ano de vida, vemos as condições de como essas novas gerações estão nascendo. Uma deficiência de proteína nesta época traz lesões na área neurológica que são irreversíveis. Não adianta, depois, oferecer todas as oportunidades que se queira a essas crianças, a essa geração, porque elas são fisiologicamente incapazes de aproveitar qualquer oportunidade que se lhes dé. É irreversível, eles estão marcados, de nascimento, por aquela sua deficiência. Então, é isto que temos no Nordeste. Estudos feitos pela SUDENE mostraram que hoje, não só há uma diminuição no tamanho das crianças no Nordeste como a diminuição da sua área do crânio, o que mostra que realmente estamos conseguindo uma geração de, no dizer de Nelson Chaves e Walter Lazer, uma geração de nanicos burros ou de burros nanicos, como queiram.

O certo é que o Brasil precisa pensar nisso, porque não estamos levados a uma questão de quantidade de população, o que nos interessa é a sua qualidade. Sabemos que a questão da quantidade não tem nenhuma razão de ser. Temos o Canadá com 9 milhões, 473 mil quilômetros quadrados, com uma população de 24 milhões de habitantes, e é uma das economias mais fortes do mundo, com produto nacional bruto em torno de 9 mil, 735 dólares. A Índia, com 3 milhões, quinhentos e poucos quilômetros quadrados, com uma população beirando 700 milhões de habitantes, um produto nacional bruto de 180 dólares, sabemos todo ano a quantidade de gente que morre de fome. Mas não é sobre esse aspecto apenas. Temos o Brasil com 9 milhões, 532 mil quilômetros quadrados, com uma população de 120 milhões, e a Holanda que tem 367 mil quilômetros quadrados, mais ou menos o tamanho do Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil estamos num esforço tremendo de maximizarização para chegarmos a uma exportação de 23,5 bilhões de dólares. A Holanda, um paizinho daquele tamanho — paizinho, aí, não é depreciativo, é apenas pelo tamanho — com terras conquistadas ao mar, exporta o dobro do Brasil. A Holanda exporta 50 bilhões de dólares. E mais ainda, 30% dessa exportação são produtos agrícolas. A Holanda exporta leite para o Brasil e tem uma população de apenas 4,1 milhões de habitantes.

Então, o problema não é da quantidade, o problema é da qualidade. Estamos vivendo cada vez um mundo de tecnologia. Mesmo na questão da segurança nacional sabemos que o número de soldados não representa nada, e sim, a tecnologia. Vemos hoje que o Japão não tem nada, importa tudo e exporta tudo. A única coisa que o Japão tem é japonês, e um japonês, com uma alta qualificação. E nesse mundo de alta tecnologia, o que estamos fazendo? Gerações de puxar enxada do indivíduo que não tem capacidade senão para isso. E não é isso que nos interessa.

Agora, do outro aspecto apresentado na sua pergunta, acho um aspecto muito importante. Com a necessidade que o Governo tem de fazer frente às suas exportações e, evidentemente, na questão industrializada, o Brasil difficilmente pode competir com os outros países. Mas na agricultura, tanto faz o milho nascido nos Estados Unidos como no Brasil é o mesmo milho, a soja é igual. Então, o Brasil se entregou a uma produção industrializada agrícola. Isto fez o quê? Primeiro, o abandono do homem do campo, e segundo fez uma cultura muito direcionada no sentido da exportação, fazendo que aquelas

culturas de todo dia, feijão, arroz, hortaliças fossem abandonadas. Então, hoje se vê no Nordeste aquelas grandes plantações de cana etc., e o indivíduo não tem o feijão, o arroz, não tem nada. E estamos importando o arroz e o feijão a peso de ouro, porque não os temos dentro do País.

Então, a sua pergunta apresenta esses dois aspectos que acabei de dizer.

O SR. PASSOS PÓRT — O Senhor disse que a criança, por carência alimentar, não falou. Está comprovado cientificamente que ela não fala por isto?

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Naturalmente que es-

O SR. PASSOS PÓRT — Por exemplo, vou mostrar ao Senhor que o número maior de mongoloides que conhecemos é aqui em Goiás Velho, uma região em que o pessoal se pressupõe melhor nutrido. No entanto, esta região aqui tem maior número de mongoloides do que o Nordeste. É uma área que tem um suprimento alimentar melhor do que o nosso. Acho que nisso se deveria avaliar. A fome, sim, mas as carências no Nordeste acho que elas são menores, de uma maneira genérica, de elementos fundamentais ao desenvolvimento alimentar e à alimentação, deve ser menores do que essas regiões onde há monocultura e onde não há, como temos, uma variação de culturas agrícolas muito maiores do que nessa região. O Senhor me entendeu bem? Por exemplo, o homem que chupa caju, chupa manga, que se alimenta dessas frutas do Nordeste, está melhor alimentado do que esses homens aqui da Região Centro-Oeste, onde tem uma alimentação, tenho a impressão, mais pobre. Será que estamos caminhando mesmo para formar esses nanicos no Nordeste? Isso é uma coisa da maior gravidade e que deveria merecer um estudo mais aprofundado pela tecnologia já disponível no País. Muito obrigado ao Senhor pelas informações.

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Quero dizer ao ilustre Senador que o mongolismo não tem nada a ver com a alimentação, é uma doença genética. Mas já foram feitos estudos dessas coisas que citamos aqui, existem estudos feitos abundantemente em número grande sobre problema alimentar e deficiência no Nordeste. A literatura está repleta, inclusive um estudo feito pela SUDENE em que mostra aspectos nutricionais no Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Com a palavra o nobre Senador Marcondes Gadelha.

O SR. MARCONDES GADELHA — Apenas quero fazer uma observação rápida a respeito dessa última colocação do Senador Passos Pórt, para dizer que o caso de Goiás Velho não serve como termo de comparação. Há no Centro-Oeste uma deficiência genérica de iodo, mas não se aplica ao caso de Goiás Velho, que é um caso muito especial, muito particular de uma cultura que lá se instalou, no tempo das bandeiras, e lá se isolou completamente, deixou coisas extraordinárias, como os quadros de Veiga Brito, mas deixou também o casamento entre parentes e um sentimento de agregação familiar muito grande que gerou esses mongoloides numa cifra percentual muito expressivo e fora do normal. Mas que não serve como termo de comparação. Lá é um fenômeno puramente cultural, uma civilização que se isolou e que se perdeu no interior de Goiás, durante muito tempo.

Mas Professor Hélio Aguinaga, o Senhor fez uma exposição brilhante a respeito do planejamento familiar como atividade e saúde, em tese, e desenvolveu uma tese brilhante, com uma série de argumentos absolutamente irrefutáveis, absolutamente incontestáveis. De modo que não há o que discutir a respeito do que o Senhor expôs.

Mas parece que deixou para a parte dos debates a parte mais substancial, talvez mais rica, que é a sua experiência pessoal. De alguma forma acenou para isso, quando lembrou que tem um conceito que gostaria de externar. Essa comissão está ávida para ouvir, exatamente da sua experiência pessoal neste campo do planejamento familiar como atividade de saúde.

Nós sabemos que o Senhor chefiava o CEPAIMC e nós gostaríamos de conhecer, exatamente, a sua experiência à frente do CEPAIMC, dentro dos seguintes itens, mais ou menos: primeiro, o que é o CEPAIMC? Como funciona? Quais as suas fontes de financiamento? Quais as suas eventuais vinculações com organizações internacio-

nais, se é que existem. E quais os resultados alcançados pelo Senhor até aqui?

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Isso é uma questão pessoal. O CEPAIMC é um Centro de Pesquisa e de Assistência Integrada à Mulher e à Criança. Começamos a desenvolver essa idéia, ainda dentro da Universidade, onde achamos que a forma de prestação de serviços na área materno-infantil era obsoleta, ultrapassada, discriminatória e injusta. Então estabelecemos uma série de estudos e daí resultou que a forma em que esses serviços deveriam ser prestados, deveria ser modificada, passando de uma maneira estática a uma questão mais dinâmica de prestação de serviços, procurando encher os espaços que se formam por uma socialização da medicina sem ter uma infra-estrutura educacional, não só dos usuários, como daqueles que prestam serviços, para que pudessem aceitar uma socialização da medicina. Então, desenvolvemos esse programa, que é um programa de cuidados primários de saúde, baseados principalmente na regionalização, na hierarquização de cuidados e na delegação de funções.

Lutamos muito para que esse programa fosse aprovado, porque tínhamos, como um dos elementos das nossas atividades, que é toda ela do campo materno-infantil, uma atividade de planejamento familiar. E, nesta ocasião, há 5 anos, a sensibilidade do problema do planejamento familiar era de tal forma que uma vez fui, aqui em Brasília, falar com uma autoridade, e quando eu mencionei o planejamento familiar, ele deu um salto da cadeira, fechou a porta, como seu eu estivesse dizendo alguma coisa pornográfica, fora dos limites admissíveis.

Mas, finalmente, achamos que, por mais de uma vez, tivemos a sugestão que tirássemos o teor de atividade de planejamento familiar e o programa fosse admitido, fosse aprovado, mas nós insistimos nisso e o Governo aprovou. Nós, então, através das Nações Unidas, do Fundo de População, conseguimos desenvolver esse programa no Rio de Janeiro. Basicamente, começamos as nossas atividades a nível de domicílio, unidade de saúde, que é localizada dentro da comunidade, o centro médico e o hospital. O que estamos fazendo não é nada de excepcional, não somos os donos da verdade, não estamos tentando redescobrir a roda. O único mérito que o nosso programa tem é que estamos pondo em ação uma idéia que hoje é admitida por todos os profissionais, todos os técnicos do mundo e foi muito bem realçada no Congresso de Alma-Ata, na Rússia.

Então, estamos desenvolvendo esse programa materno-infantil com esses níveis de atendimento e temos hoje instalada nos municípios do Rio de Janeiro 35 unidades e mais o que chamamos mini-postos, que é uma simplificação maior ainda de atendimento, que são em números de 14. Nós temos 14 mini-postos que é essa simplificação maior. E através disso fizemos, no ano passado, 155 mil atendimentos em todas as nossas atividades. Além disso, temos uma atividade de treinamento e desenvolvimento de pessoal, que é onde nós trazemos médicos do Brasil inteiro para ver o que estamos fazendo no Rio de Janeiro, procurar expor a eles as nossas idéias, porque estamos absolutamente convencidos que o caminho para sair do problema de saúde no Brasil não é construir hospitais sofisticados, com radiografia computadorizada, pelo contrário, são os cuidados básicos necessários, aliás, hoje aceitos pelas autoridades sanitárias. Trazemos esses médicos, expomos, eles fazem cursos conosco, vêem o que estamos fazendo, e depois, então, pela outra terceira atividade nossa, que é de assistência técnica. Quando eles voltam às suas entidades, damos a eles uma assessoria técnica, uma ajuda, para que eles transponham e implantem essa filosofia de atendimentos, dentro das suas entidades, da forma, evidentemente, que for mais razoável e mais plausível, dentro das realidades e dos recursos que eles possuem.

O nosso financiamento é feito através de várias fontes. É o que eu chamo de tirar minhocas do asfalto — desculpem-me, acho essa expressão um pouco fora da seriedade da Casa. Nós temos várias fontes; a primeira que eu chamo de recursos próprios. Recursos próprios é a participação comunitária. Nossa programação não é um programa paternalista, nós desenvolvemos o nosso programa com a comunidade. Quando eu disse aqui, que nós tínhamos 34 unidades de auxiliares de saúde e 14 mini-postos, quero dizer que forcei um pouco, porque nenhuma dessas unidades é nossa. São todas da comuni-

dade. De uma forma geral, chegamos a uma comunidade, levantamos as necessidades do ponto de vista de saúde, discutimos com eles e repartimos as responsabilidades. De uma forma geral, 35 a 40% dos recursos da manutenção do programa já vem da própria comunidade. Outros recursos são recursos privados, como, por exemplo: temos a Fundação Técnica Educacional Souza Marques, com uma escola de medicina e não tem um hospital para treinamento. A parte de pediatria é chefiada pelo professor de pediatria da faculdade. Então, os alunos usam o programa como campo de treinamento e para isso a Fundação Técnica Souza Marques arca com a responsabilidade da manutenção da parte pediátrica. Temos a organização dos cavaleiros de Malta, que tomam parte da obstetrícia e pré-natal, essa é a responsabilidade deles. Enfim, temos, por exemplo, uma entidade de banco de sangue em que fornecemos um lugar, para que eles mantenham uma colheita de sangue voluntária dentro do hospital e, em compensação, eles fazem todos os exames, todas as análises clínicas que necessitamos. Então, dessa forma, vamos levantando os recursos e mantendo o programa que não está deficitário e, sim, equilibrado.

A terceira fonte de recursos são os governamentais, em nível federal, estadual e municipal. Governamental, eu tenho um convênio com o INAMPS para internação das pacientes no hospital, temos duas enfermarias de trinta leitos para crianças, uma de patologia mais comum e uma de doenças infeciosas. Uma enfermaria de ginecologia de cinqüenta e dois leitos e pretendemos abrir, até o final do ano, uma maternidade, fechando assim o ciclo das nossas atividades. Temos um convênio com o Governo Estadual e Municipal que, infelizmente, quero dizer, recebi agora quando saí do Rio de Janeiro, um ofício de um município, dizendo que não quer continuar o nosso relacionamento, etc. Evidentemente isso não nos trará dificuldade alguma, porque, afinal de contas, nem o Estado, nem o Município concorre financeiramente com nada. Eles concordam com vacinas, com material e certos medicamentos. É uma pena que tenha acontecido isso, porque estamos numa época em que devemos somar esforços e não subtrair. De modo que recebi isso com grande tristeza, porque não me afeta nada, mas sobretudo àquela população que estamos querendo dar auxílio.

E também há os recursos internacionais, recursos internacionais para projetos específicos. No momento, temos três fontes de recursos internacionais. Uma com a Universidade John Hopkins para treinamento desses médicos que vão lá. Outra com o Development Association, para treinamento e ensino de pessoal paramédico, enfermeiras etc., e um outro projeto que é a Capacity que fornece, através do Ministério da Saúde, o material necessário, tais como espuma, condoms, pilulas etc., para manter os programas de planejamento familiar, porque isso não existe no Brasil. E há, evidentemente, doações esporádicas para questões específicas. Então, dentro desses aspectos é que procuramos manter equilibrada a parte financeira e econômica do programa. Os resultados são os mais auspiciosos possíveis. E uma das coisas que mais me gratifica — nessa boemia cívica, que me dedico, hoje em dia, pois já estou aposentado e dedico todo o meu tempo, única e exclusivamente, a esse programa comunitário aos pobres — é a alegria que sentimos de estar fazendo alguma coisa por essa população carente. E é francamente extraordinária a forma com que no momento que eles verificam que estamos ali no sentido de ajudá-los, de trazermos alguma colaboração àquela comunidade, como eles se integram e colaboram no esforço que estamos fazendo. A participação comunitária é uma coisa que nos deixa maravilhados e realmente é o que talvez esteja faltando nesse nosso Brasil, é uma participação mais da população, no sentido de enfrentar e motivá-la para enfrentar a solução desses grandes problemas que estamos enfrentando. Acho que, assim de uma forma muito suscinta, de idéia do que estamos fazendo.

O SR. MARCONDES GADELHA — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Concedo a palavra à Senadora Eunice Michiles.

A SRA. EUNICE MICHILES — Depois dessa sua brilhante exposição, teria apenas que reafirmar a admiração que tenho pelo Senhor, como pessoa, como profissional e como boêmio cívico. (Risos) Mas, gostaria de fa-

zer algumas indagações até para minha informação. Na página 8, o senhor afirma que uma mulher com mais de quarenta anos traz uma grande possibilidade de gerar um filho mongolóide. E eu pergunto, que influência tem o pai, isto é, um homem idoso com muuma mulher jovem. Existe algum problema?

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Não, esse é mais um peso que a mulher carrega sozinha. A questão é que quando uma menina nasce, ela já traz no seu organismo todos os óvulos que ela terá a vida inteira, durante todo o seu período fértil, aqueles óvulos já nasceram com ela. Então, é evidente que há um certo envelhecimento desses óvulos no decorrer da vida. Esse óvulo que vai ser fecundado aos trinta e cinco anos terá muito mais chance de apresentar esses defeitos. E o espermatóide é gerado permanentemente, ele não envelhece. Às vezes é produzido duas vezes por dia, não há envelhecimento.

A SRA. EUNICE MICHILES — Sabemos que a Constituição do Rio de Janeiro incentiva a atividade de planejamento familiar. Como foi conseguido e como se comporta isso lá? Ou se termina sendo apenas na letra morta da lei, ou de os Estados têm a mesma facilidade, ou vocês se beneficiam lá desse fato de a Constituição permitir e até incentivar?

O SR. HÉLIO AGUINAGA — As coisas no Brasil são feitas, às vezes, unicamente para letra de forma. Apesar do Estado do Rio de Janeiro, quando de sua fusão ter incluído na sua Constituição atividades de planejamento familiar, talvez seja, até hoje, o Estado mais tímido nesse aspecto. E uma das razões que está levando a Secretaria de Saúde Municipal a suspender o convênio que tem comigo, estou absolutamente certo, é porque dentro das minhas atividades existe a do planejamento familiar. Ainda existe um certo tabu, uma sensibilidade. No Estado e no Município as coisas são absolutamente difíceis, acho que é o Estado mais conservador do Brasil, nesse aspecto, apesar de já ter incluído na sua Constituição atividades de planejamento familiar.

A SRA. EUNICE MICHILES — Quais as possibilidades que existem no momento, para que seja empunhada pelo Governo essa bandeira do planejamento familiar e que o Governo, efetivamente, implante um grande programa de planejamento familiar ter o Governo com essas entidades que já fazem hoje e que deveriam, no meu entender, ser incentivadas. Existe algum temor dessas entidades de que o Governo assuma, de fato, a postura de tomar a decisão de adotar uma política de planejamento familiar, se essas entidades se veriam, com isso, em dificuldades, ou se têm a perspectiva de serem estimuladas ou utilizadas até como laboratório de experiências para que o Governo se assevere delas.

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Sob esse aspecto, considero que o Governo não tem "capacidade" de promover um programa de planejamento familiar no Brasil. Digo mais, estou envolvido nisso, nos últimos dez anos, no momento em que se começa a falar muito em planejamento familiar e que vejo uma certa tendência em se adaptar uma política nacional de população, começo a ter medo. Ter medo, porque essas coisas não se fazem por decreto ou memorando. Planejamento familiar é uma coisa muito séria, e sem termos aqui uma infra-estrutura capaz de suportar essa demanda, sem termos uma estimativa das usuárias, sem termos um programa de motivação, de informação e de educação, tenho medo de que tenhamos o caos e os resultados talvez sejam catastróficos. Isso faz com que hoje tenha medo de se instalar uma política de planejamento familiar no Brasil, porque muito mais necessário do que se estabelecer uma clínica, onde se distribua pilulas, se coloque o DIU ou tenha acesso às intervenções cirúrgicas contraceptivas, seria necessária uma preparação de recursos humanos, necessário saber o que é o planejamento familiar, em que ele constitui. Não é só dar pilulas nos Postos do INAMPS, são muito mais coisas envolvidas nisso. E nós que estamos nisso há 10 ou 12 anos, lutando e aprendendo à nossa custa, não sabemos nada do que pretende ser feito nessa matéria pelo Ministério da Saúde. Todos esses problemas foram resolvidos a portas fechadas, discutidas, virão ai e nós não fomos consultados, não sei. Agora estive em Porto Alegre com o Ministro da Saúde, tomando parte em um debate, e o programa que ele

apresentou, acho que é absolutamente inviável, porque a minha impressão é que se em vez de se acrescentar uma atividade de planejamento familiar em toda a infraestrutura que existe, materna-infantil no País, que seria uma coisa simples, o que se está procurando fazer é criar um programa de planejamento familiar, onde se vai apensar todas as outras atividades de saúde da mulher, como detecção de câncer, exame ginecológico, de mamas, de fezes das crianças, etc. Ora, nós não temos condições financeiras para fazer frente a um programa desse. E quando a gente complica é para não funcionar. Se a campanha de vacinação, que é indiscutivelmente um sucesso, se ela necessitasse apenas que se fizesse uma pequena ficha com o nome e endereço da criança, etc., ela seria completamente um desastre, porque não haveria tempo necessário para isso. Ela é um sucesso, porque tornou-se simples, fácil de ser atingida. É uma idéia dessas, evidentemente com diversos parâmetros, que se deve pensar em planejamento familiar. Porque uma mulher de 25, 26 anos que vem a uma clínica para controlar a sua família, se ela tem que marcar um exame ginecológico, se tem que marcar uma ocasião para retirar material para fazer um teste de Papa Nicolau, se tem que fazer um exame de mamas, se tem que trazer o filho para exame de verminose, fazer exame de fezes, evidentemente sabemos que não há recursos, não há médico suficiente para isto, e esse programa não vai funcionar. Em todo o caso, estou muito contente que ele venha, porque será um passo de abertura, no sentido de que alguma coisa se faça, e esse País já ficou muito tempo sem se fazer nada.

A SRA. EUNICE MICHILES — Dr. Aguinaga, agora a coisa se complicou. Porque, pelo que entendi de seu pronunciamento, e está bastante evidente, alguma coisa precisa ser feita. Quer dizer, os números são, de certa forma, alarmantes, apelam para a nossa consciência, de que nada esteja sendo feito, a não ser por entidades particulares, que por "boemia cívica", vamos dizer...

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Gostou do termo!

A SRA. EUNICE MICHILES — Gostei do termo. Procuram fazer aquele algo mais, além da sua responsabilidade de cidadão. Muito bem. Então, parece que fica patente que alguma coisa precisa ser feita e já. Pelo seu parecer, o País não está em condições de fazer e não deve fazer, porque vai complicar tudo. E af? Fica tudo do jeito que está?

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Não. A questão é: acho que precisa ser programada direito.

Primeiro: precisávamos fazer um levantamento, de pelo menos de uma estimativa, do número de usuários. Não sabemos qual o número de mulheres férteis. Até hoje. O censo...

A SRA. EUNICE MICHILES — Mas sim, eu o pergunto, não poder-se-ia começar por af?

O SR. HÉLIO AGUINAGA — Sim. É o que estou dizendo. O que temos que fazer, primeiro. Paralelamente, temos que fazer programas de educação dos médicos que vão implementar isso, para dar-lhes a noção do que seja planejamento familiar. Damos cursos a médicos do Brasil inteiro. Esse ano estamos dando 59 cursos em materno-infantil no nosso programa. É interessante que fazemos um pré-teste antes do curso, e todos eles, pelo menos 85% se mostram absolutamente contrários ao planejamento familiar. No fim do curso, que dura duas semanas, fazemos um teste pós. E a situação inverte-se, e todos eles compreenderam, porque o problema do planejamento familiar é, antes de tudo, um problema de educação e informação. Então, isso tem que ser feito. Um programa de informação e de educação. Então, depois de feito isso, preparados os recursos humanos, é que vamos chegar na parte de ação, de implementar junto à Previdência Social, que é o organismo natural, um programa em nível nacional. Não vejo razão, porque a experiência adquirida por certas entidades privadas não é absolutamente usada. Elas não são consultadas. Não sei se é um ciúme. Não comprehendo que haja nenhum demérito para a autoridade pública vir a uma entidade privada procurar a experiência. O meu programa hoje — eu falo isso sem modéstia alguma — é de repercussão internacional. Sou chamado para em todos os países do mundo fazer conferências, dizer como estamos resolvendo esses problemas, que não são só nossos, mas

são problemas do mundo inteiro. O único lugar que não consegui ainda um diálogo, nem com a Previdência Social — já estive com o Ministro Hélio Beltrão que ficou muito interessado e mandou-me ao Presidente do INAMPS, Alcides Salles, que prometeu-me 10 vezes ir visitar-nos, ver o meu programa e não foi — nem o Ministério da Saúde, nunca recebi uma visita daquilo que estamos fazendo. Em resumo, o que estamos fazendo há 10 ou 12 anos é exatamente aquilo que o Governo está querendo fazer. Nós queremos compartilhar da nossa experiência com ele, não queremos nada. Estamos aqui para somar esforços.

A SRA. EUNICE MICHILES — Segundo eu entendi, o Senhor acha, também, que o País precisa fazer alguma coisa, mas que está começando pelo caminho errado. Muito bem.

Gostaria de pedir ao Sr. Relator que fizesse anotar isso, porque é a maneira como eu entendo. O País é que precisa assumir essa responsabilidade. Pelo jeito, porém, está querendo fazer a portas fechadas. Acho que, seria o momento de o Sr. Ministro da Saúde voltar a esta Comissão para dizer-nos o que pretende fazer. Não ouvi o seu depoimento aqui, mas soube que foi, de certo modo, um tanto ambíguo. Acho que, nesse momento, precisaríamos pedir-lhe que ele defuisse, e até do que está se assessorando, o que ele vai fazer. Cabe-nos esta responsabilidade de não deixar errar. Quer dizer, para ser mais um redundante fracasso, seria para nós uma vergonha. Estive recentemente no México. Acho que não podemos ficar abaixo do México, que está com seu programa de planejamento familiar funcionando muitíssimo bem. Apesar de todos os defeitos do país, da sua política, até da personalidade do mexicano. Mas lá funciona. É uma coisa que observei, é o estímulo que se dá lá às entidades particulares, com uma confederação de entidades muito bem organizadas e que fornecem subsídios ao Governo e até assim como uma espécie de laboratório de experiências, porque tem um âmbito menor. Então, Sr. Relator, acho que nesse momento a responsabilidade desta Comissão cresce muito, no sentido de não permitir que isso seja feito à revelia do Congresso, à revelia desta Comissão que está aqui para isso, e à revelia das experiências que já existem neste País. Quer dizer, que a gente não possa de novo fazer alguma coisa que não possa funcionar. Acho que seria assim profundamente lamentável, e que teríamos, com toda a força que temos, que lutar para que a coisa saia certo.

O SR. ALMIR PINTO — Quero informar — e peço permissão a V. Ex. Sr. Presidente e à nobre colega Senadora Eunice Michiles que aquilo que escape à qualquer anotação, por falta do Relator, está sendo gravado. Recebo em todo final de reunião, uma fita gravada. Estou sendo assessorado por pessoa competente, porque sou técnico, não sou técnico. Se um homem, como o Prof. Aguinaga, não é técnico, avaliem a técnica de um médico provinciano como eu, que estou aqui mais como um médico do que um Relator. Por isto, talvez, a imposição de ser o Relator. Mas aquilo que escapar das minhas anotações. E quando for fazer uma ligeira apreciação, vou dizer uma coisa interessante ao Dr. Aguinaga aqui, que suspeitei que não tivesse mais sentido a presença dele. Mas está tudo no fio e virá tudo para minhas mãos depois.

A SRA. EUNICE MICHILES — Desculpe-me, Sr. Presidente, mas só para concluir. Acho que não seria apropriado, Sr. Relator, a questão de não se deixar escapar. É a conclusão, da exigência desta Comissão.

O SR. ALMIR PINTO — Dentro do fio, além das anotações, além da cópia que tenho do pronunciamento do Depoente, está na fita magnética tudo o que foi dito aqui.

A SRA. EUNICE MICHILES — Mas o importante aí é a sua conclusão.

O SR. ALMIR PINTO — E daí vamos tirar o que é mais importante para a conclusão.

A SRA. EUNICE MICHILES — Muito bem. E voltando a reiterar os meus agradecimentos, digo que a minha expectativa, como Senadora, a minha visão neste momento, é que o País precisa fazer alguma coisa e fazê-la

bem feita. Acho que há toda uma estrutura pronta em termos de INAMPS, em termos de Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, LBA, MOBRAI, os Clubes de Serviço, enfim, existe toda uma estrutura que me parece, está pronta para ser acionada. Mas é claro, como o Senhor disse, começando com preparações de técnicos, competentes, para que...

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Concedo a palavra à Dr. Flórida Accioli, segundo a recomendação do Relator, que tem sido praxe desta Comissão conceder a palavra a pessoas que acompanham os debates e têm interesse neles.

A SRA. FLÓRID A ACCIOLI — Nossos agradecimentos à concessão da Presidência.

Apenas gostaria de lembrar à Sr. Senadora Eunice Michiles que quando o Ministro da Saúde veio a esta Comissão, ele pediu que fosse anexado ao seu pronunciamento um plano de trabalho, a proposta do Ministério para o programa de planejamento familiar. Inclusive, já chegou ao detalhe de elaboração em que previa até (frente ao microfone) de atribuições por médico, por atendente de saúde. E nós vimos detalhadamente esse documento, inclusive observamos duas graves incongruências: de um lado a preocupação de colocar o programa onde houvesse recursos médicos. Considerando que 60% do território brasileiro não tem médico permanente, significa que a proposta se estrangula a partir dessa condicionante. E, por outro lado, ele até supervaloriza alguns recursos básicos de saúde ao, por exemplo, colocar na mão da atendente o acompanhamento do DIU, o exame de mamas, etc., coisas que nós sabemos que muita gente por aí afirma não está preparada para isso.

Agora, gostaria de insistir num dos aspectos que parece passar despercebido, mas é um fato definitivamente muito grave que, ao ser elaborada uma proposta dessa, realmente experiências que existem como a BEMFAM, há 16 anos; o CEPAIMC, que existe há 12 anos aproximadamente, não tenham sido levadas em conta, quer dizer, não se tenha sómado toda uma metodologia que foi exaustivamente vista, ao longo do tempo, até se chegar a um modelo, que hoje é viável, que hoje dá um alto rendimento, que seria realmente um dos pontos de referência para um programa em âmbito nacional. E nos contatos que estamos tendo com os Secretários de Saúde que realmente têm programa conosco, de BEMFAM, a grande preocupação é saber da aptidão do Ministério para realizar um trabalho desse, que dizem tudo bem, está aí a proposta do Ministério, mas ninguém sabe quando o Ministério se proporá a realmente desenvolver esse tipo de programa, que demanda todo um know how independente do material e dos recursos que terão que ser alocados para a sua manutenção.

Então, realmente são coisas preocupantes, que teriam que ser reavaliadas. Agora, gostaria de ressaltar que esse programa o Sr. Ministro já deixou aí para ser anexado.

A SRA. EUNICE MICHILES — Só uma palavrinha, Sr. Presidente, só para dizer que entendo também que, se o planejamento familiar for feito no Brasil apenas como uma atividade de saúde não me parece que leve a nada, ou não leve a muita coisa, tem que ter um âmbito muito maior, deveria envolver outros Ministérios, com outras atividades também.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Não havendo mais nenhum dos Srs. inscritos, concedo a palavra ao nobre Relator, para as conclusões finais dessas indicações.

O SR. RELATOR (Almir Pinto) — Sr. Presidente, serei breve, porque já foi muito bem detalhado pelo nosso depoente vários problemas e S. S. afirmava há pouco: "Acredito que a minha presença não vai influir muito, porque quase todos os assuntos foram debatidos". E o que assistimos foi exatamente, como eu dizia para S. S. que o debate é salutar, hoje foi aforado um assunto que nunca tinha sido cogitado nesta Comissão com o detalhamento que V. S. fez, o problema da mãe jovem e da mãe adulta, os riscos para uma e os riscos para outra, se bem que já conhecemos os riscos para a mãe adulta,

mas detalhadamente, como foi feito o estudo sobre a questão da mãe jovem, o número de filhos que poderão nascer mortos e assim por diante. E outro assunto, também, surgiu o problema do mongolismo, que não tinha sido tratado aqui nesta Comissão com o detalhamento que V. S^t fez e até a questão da inseminação artificial.

Quero dizer a V. S^t, aos meus colegas e assistentes que, ainda médico do interior do Ceará, a primeira vez que vi falar sobre inseminação do ser humano foi numa revista para caso incerto, quer dizer, por esterilidade por parte do homem. Então, a estória era esta: que o homem infértil, o homem que não tinha quantidade suficiente de espermatozoides para a fecundação do óvulo, pegava-se, então, uma pessoa que não fosse da família, uma pessoa inteiramente desconhecida, o médico receberia aquele material e o médico que fizesse a inseminação na mulher não seria o médico parteiro. Tomava-se todos esses cuidados para o médico parteiro não identificar a mulher nem o homem. Seria um outro médico que faria o parto. Foi a primeira vez que ouvi sobre inseminação; isso nos idos de 1940. Eu, como médico da Cidade de Maranguape, tive oportunidade de ler sobre esse assunto. Homem que não tinha espermatozoides suficientes para fecundar um óvulo, se fazia este processo, um médico adquiria o material de um cidadão, um outro fazia a inseminação de um terceiro fazia o parto. Era uma coisa muito escondida, difícil de se identificar, e o filho era tratado como sendo filho do próprio casal e estava tudo resolvido.

Mas, Dr. Hélio Aguinaga a sua conferência foi brilhante e fiz várias anotações e, como disse à Sra. Senadora Eunice Michiles tudo isso está gravado em fio de aço. Vou estudar com muita calma, já disse que tenho uma assessora para isso, uma pessoa muito competente, conhece bem o assunto, estamos dividindo o trabalho, já preparei, no recesso, lá no Ceará, o intrôito natural e pretendo, Dr. Aguinaga, fazer o seguinte: um livro, uma coletânea de todos esses depoimentos, já falei com o Secretário da Comissão, estamos preparando, isso vai para a gráfica e sairá um livro que será publicado e distribuído às autoridades, aos Srs. Senadores e Deputados, a todo o Congresso Nacional e, depois, encaminhado a Sua Excelência o Senhor Presidente da República pelo Presidente do Congresso Nacional, ao lado das conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito que apura o Aumento Populacional do Brasil.

Quero parabenizar a V. S^t pelo brilho da sua exposição, já o conhecia bastante de nome, já o havia ouvido numa Comissão de Saúde, quando o Senhor esteve aqui, fiz questão da sua presença. O Presidente Mário Maia também desejava muito ouvi-lo, mas o político tem, às vezes, que estar ausente do Congresso Nacional, devido à necessidade de sua presença nos Estados. Foi o que aconteceu com S. Ex^t, uma festa cívica na Cidade de Cruzeiro do Sul, no Acre, o que o prendeu até ontem. S. Ex^t estará chegando hoje à tarde, mas transmitirei a ele a presença de V. S^t terá, também, a cópia do seu pronunciamento. E em nome de S. Ex^t e da Comissão, como Relator, quero agradecer a maneira gentil como o nosso convite foi recebido e a sua presença dá oportunidade ao Relator de melhorar mais um pouco o seu Relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Os agradecimentos da Presidência eventual desta Comissão ao Dr. Hélio Aguinaga. A participação dos Parlamentares e da Dr^a Flórida Accioli demonstraram a saciedade que a sua palestra repercutiu profundamente nos que estão interessados pela política de saúde no Brasil, sobretudo no setor tão discutido e tão controvertido do planejamento familiar.

Temos a certeza de que o Sr. Relator, médico como V. S^t, saberá colher desse depoimento material muito rico de sugestões, para que, como assinalou a Senadora Eunice Michiles, façamos conclusões objetivas para esta política e sobretudo, interferindo como é do nosso dever como parlamentares, junto ao Executivo no sentido de uma política que atenda não apenas ao problema socioeconômico, mas que também seja uma política exequível, portanto neste País de dimensões continentais, muita coisa se perde no mar e em terra pela sua enegequilibridade. Por isso, Doutor Hélio Aguinaga, como velho pro-

fessor, quero me congratular, sobretudo com o didatismo de sua exposição, a clareza de sua exposição, demonstrando uma vida, porque uma palestra destas não se faz apenas porque foi convidado pela Comissão, é porque ela reflete uma longa experiência, é uma síntese de uma vida dedicada ao trabalho especializado que V. Ex^t vem realizando no Rio de Janeiro. E essa boemia cívica apenas nos traz como que um elo de simpatia e vamos fazer dessa boemia cívica uma ciranda bem ampla, no sentido de que à Comissão de Economia chegue a uma conclusão capaz de impressionar o Ministério da Saúde e o Ministério da Previdência Social, porque ambos não podem agir isolados, e neste País há muito isolamento entre os Ministérios. Eles devem ser uma espécie de vasos comunicantes, o que se passa nos Ministérios da Saúde, da Previdência e da Educação, porque o fator primordial de tudo isso está na educação, que haja, então, do nosso Relator, homem de sensibilidade nordestina, esta força de fazer com que estes Ministérios saiam dos seus castelos e se comuniquem, para que de fato a política que se deseja para o planejamento familiar tenha aquela objetividade, tanto insistentemente falada pela Senadora Eunice Michiles e pelo nobre Senador de Sergipe, agrônomo por formação e sociólogo por vocação, o nosso colega, Senador Passos Pôrto; o Senador Marcondes Gadelha que é médico.

De maneira que recebemos desta Comissão o testemunho não apenas do nosso agradecimento formal, mas da nossa admiração pela sua conferência que nos trouxe uma valiosíssima contribuição. Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Almir Pinto) — Sr. Presidente, antes de V. Ex^t encerrar, permita-me um instante. Quero comunicar a V. Ex^t que está havendo dentro da Comissão o cuidado de realizar esta comunicação, esse atendimento dos Ministérios para que nós chegemos a uma conclusão exata. Basta que eu diga a V. Ex^t que por aqui já passaram os Ministros da Saúde, de Assuntos Fundiários e o Ministro da Educação, Ester de Figueiredo Ferraz, que por sinal fez uma belíssima exposição. E virão, ainda, os Ministros do Estado-Maior das Forças Armadas, o Ministro da Previdência Social, o Ministro Hélio Beltrão, e o Ministro da Justiça. Quero dizer a V. Ex^t que o relatório, feito sem qualquer pretensão e virtuosismo, será apresentado à Comissão para que seja aprovado e corrigido em todas as suas deficiências. Esse é o cuidado do Relator.

Antes de encerrar, quero comunicar que no próximo dia 23, às mesmas horas, teremos como depoente o Sr. Rubens Vaz da Costa, que é um grande demógrafo conhecido por todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Aderbal Jurema) — Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11 horas e 55 minutos.)

15ª Reunião, realizada em 13 de setembro de 1983

Aos treze dias do mês de setembro de mil novecentos e oitenta e três, às dez horas, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, presentes os Srs. Senadores Mário Maia (Presidente), Almir Pinto (Relator), Eunice Michiles, Aderbal Jurema, Lourival Baptista, Cláudionor Roriz e Lenoir Vargas, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada com o objetivo de investigar problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Srs. Senadores João Lobo, Marcondes Gadelha, Hélio Gueiros e Jaison Barreto.

Havendo número regimental o Sr. Presidente, Senador Mário Maia, declara abertos os trabalhos e solicita ao depoente, Ministro-Chefe do EMFA, Tenente Brigadeiro-do-Ar, Waldyr Vasconcelos que proceda o julgamento de praxe.

Em sua exposição o Sr. Ministro enfoca os problemas consequentes do aumento populacional e, principalmente, a qualidade de vida do pobre.

Durante a fase interpelatória, usam da palavra, os Srs. Senadores Aderbal Jurema, Eunice Michiles, Lourival Baptista, Almir Pintó, Mário Maia e a Sra. Ana Maria Mendonça.

Finalizando, o Sr. Presidente determina que as notas taquigráficas tão logo traduzidas e revisadas, sejam publicadas, em anexo, à presente Ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar eu, Edson Luiz Campos Ábreo, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e irá à publicação.

ANEXO À ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA COM O OBJETIVO DE INVESTIGAR PROBLEMAS VINCULADOS AO AUMENTO POPULACIONAL BRASILEIRO, REALIZADA EM 13 DE SETEMBRO DE 1983, DESTINADA A OUVIR O TENENTE BRIGADEIRO-DO-AR, WALDIR VASCONCELOS, MINISTRO-CHEFE DO EMFA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador Mário Maia.

Relator: Senador Almir Pinto.

(Integra do apanhamento Taquigráfico.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convidado o Senador Lenoir Vargas, membro da Mesa e representante do Presidente do Senado, a compor a Mesa. Está ao nosso lado o Vice-Presidente Cláudionor Roriz.

O depoente desta reunião será o Sr. Ministro Chefe do EMFA — Estado-Maior das Forças Armadas — o Ten. Brig. do Ar Waldyr de Vasconcelos, que aqui presente. Esta é a 15ª reunião desta Comissão, e o Brigadeiro Waldyr Vasconcelos é o 15º depoente, peço a S. Ex^t que faça o juramento de praxe; com todos de pé.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — “Juro, como devere de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados a cargo desta Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga os problemas vinculados ao aumento populacional brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Os nossos trabalhos terão duas etapas na primeira etapa haverá uma exposição do depoente, o Sr. Ministro; e na segunda etapa far-se-ão perguntas ao Ministro. Como tem sido praxe nessas nossas reuniões, Sr. Ministro, da Comissão Parlamentar de Inquérito, embora seja regimentalmente permitido apenas aos Parlamentares, Senadores e Deputados presentes fazerem perguntas ao depoente, nós temos concedido a palavra com aquiescência do depoente, à pessoas presentes, interessadas no assunto, para também fazerem perguntas. Se V. Ex^t permitir, na segunda etapa, além dos parlamentares, nós abriremos também o debate ao público presente, para formular perguntas. (Pausa.) Então, S. Ex^t aceita.

Concedo a palavra ao Sr. Ministro, para fazer a sua exposição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — Exm^o Sr. Presidente, Exm^o Sr. Vice-Presidente, Exm^o Sr. Relator, Exm^o Sr. Senador Lenoir Vargas, Srs. Senadores, oficiais-generais, minhas Senhoras e meus Senhores. Atendendo a convite desta ilustre Comissão, através de seu digno Presidente, estou aqui presente hoje para colaborar com os relevantes serviços que esta Comissão está realizando em prol do nosso País. É minha expectativa que, ao fim dos trabalhos desta Comissão, possa o Governo ter em suas mãos substancial quantidade de informações, para que possa emitir a sua diretriz, e assim enfrentar o problema demográfico brasileiro, que creio ser um dos problemas mais graves que enfrenta a nossa Nação. Não de hoje, mas do passado. A credito que com muito mais gravidade o futuro está a nos esperar. É por isso que eu venho aqui muito mais como brasileiro, interessado em dar a minha colaboração, para poder ajudar a V. Ex^ts.

Na verdade, as minhas preocupações com esse problema não são de hoje, vem de 1968. Quando coronel, chefe

da Divisão Psicossocial da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, comecei a me dedicar a esses estudos. Lembro-me que naquela época consegui convencer, e convencer mesmo, os componentes da minha divisão e depois a todos os componentes da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, para que esse problema demográfico fosse enfrentado, porque eu achava que o nosso nível populacional já era um problema. Estudamos vários e vários meses para chegarmos a apontar uma solução. Infelizmente, naquela época, por questões várias, que não vale a pena mencionar, nenhuma solução foi adotada. E por que não foi adotada? A situação, hoje, é pior do que naquela época.

Mas a minha preocupação não vem só de 68 quando eu lá servia. Lembro-me que em 54, como capitão, indo para o Parque da Aeronáutica de Recife, como Chefe da Divisão ou da Seção de Pessoal, o meu trabalho maior era receber filas de funcionários civis, que toda manhã compareciam a minha sala para apresentar, para registro, uma certidão de nascimento de um filho, para que fosse publicado no boletim interno da unidade, o que lhe daria direito a um salário familiar. Era uma fila enorme todos os dias, porque eram muitos funcionários civis naquela época, hoje são pouquíssimos. Mas me lembro de um em particular, que num espaço de 8 meses me apresentou 4 certidões de nascimento, cada filho com uma mulher diferente. Então, desde essa época me despertou o problema da paternidade responsável. Quando fui, então, para a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional dediquei-me a esses assuntos, mas infelizmente medida nenhuma foi tomada.

Venho aqui para o EMFA imbuído deste mesmo espírito. O EMFA, além das suas preocupações no campo militar, como todo brasileiro e como toda organização e instituição, também é responsável pela segurança nacional. Dentro do EMFA está o Serviço Militar. O EMFA é coordenador geral, é órgão normativo do serviço militar no Brasil. E vi, lá dentro do EMFA, dados que me chamaram atenção. Por exemplo, o número de alistados no ano de 82, brasileiros com 18 anos de idade, 1.450.000, convocados para o serviço militar, 770.000, os restantes foram dispensados, porque são originários de municípios não tributários do serviço militar. Estes 770.000 foram submetidos a exame médico. Foram considerados aptos 410.000, ou seja, 53% de 770.000, e incorporados às 3 Forças 114.000.

Vejam, Senhoras e Senhores, que é um contingente incorporado, que está realmente prestando serviços, e corresponde a menos de 10% daquele total de 1 milhão 450 mil. Estas são as necessidades anuais das Forças Armadas, o efetivo atual aprovado.

Os Senhores podem ver e deduzir que nós temos muito mais juventude do que o necessário para prestar o serviço militar. Então, o número de jovens não preocupa as Forças Armadas, mas, sim, a sua qualidade.

Causas da incapacidade desses jovens que não foram aceitos no exame médico: subnutrição, deficiência dentária, insuficiência de peso e altura, diminuição da acuidade visual, alterações congênitas dos membros inferiores e da coluna.

Só esse quadro dá uma demonstração do estado de higidez da nossa juventude; 43% estão incluídos dentro de qualquer um desses itens aqui.

Há que considerar, todavia, que são jovens do sexo masculino. A eles, na mesma quantidade, deve corresponder jovens do sexo feminino, e, certamente, por esta amostragem, deve atingir também a jovens do sexo feminino.

Então, é uma preocupação, que aqui já começa a nascer com a qualidade do homem brasileiro, a qualidade de vida do homem brasileiro, não só a quantidade. Para mim, principalmente, é a qualidade do homem brasileiro que não pode continuar assim.

Essa é uma família do Nordeste. É uma fotografia tomada dentro dessa catástrofe da seca, numa reportagem da revista *Veja*. Por aqui já se pode ver o nível de pobreza dessa família, que, certamente, vai submeter seus filhos — aqui não, porque são só meninos — daqui a 10, 12 anos, ao serviço militar, e certamente serão reprovados no exame de saúde por aquelas mesmas causas.

Então, essa é a minha grande preocupação. Mas não é só minha. Essa minha preocupação foi reforçada pela mensagem que o Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional na abertura dos trabalhos legislativos, neste ano, no dia 1º de março.

Pediria a V. Ex^a permissão para ler um trecho dessa mensagem:

"No elenco dos fatos maiores que em nosso tempo abala a humanidade, estão as mudanças resultantes do crescimento populacional. A explosão demográfica ocorre, sobretudo, nos países menos desenvolvidos, onde se comprime cerca de 2/3 da população mundial. No Brasil, nos últimos 40 anos, o aumento demográfico ultrapassou 50 milhões de habitantes. Esse crescimento humano, em termos explosivos, devora, como se tem observado, o crescimento econômico, agente de estabilidade; acarreta desequilíbrios sociais, econômicos, culturais e políticos, que reclamam profunda meditação. Cuida-se de tema que merece detido exame da sociedade e dos seus órgãos. O amplo debate da questão, sobretudo por parte do Congresso Nacional, contribuirá para que se fixem, de modo objetivo, diretrizes fundamentais a tal respeito."

Vejam os Srs. que a linguagem do Senhor Presidente é muito incisiva. E aqui S. Ex^a reconhece um fato que não é muito levado em consideração até em depoimentos anteriores prestados aqui nesta CPI. S. Ex^a admite, aqui, a explosão demográfica. A expressão usada é "a explosão demográfica".

Estive lendo depoimentos de personalidades, prestados anteriormente a esta Comissão, não admitem a expressão "explosão demográfica", achando que nós não vivemos esse drama, para mim, e corroborando aqui com a expressão do Senhor Presidente da República, nós vivemos uma explosão demográfica, por que é explosão demográfica? Explosão demográfica é o ritmo de crescimento da população em contrapartida com o ritmo de crescimento econômico. Quer dizer, o nosso ritmo de crescimento demográfico é muito mais volumoso do que o nosso ritmo de crescimento econômico. Então cria-se um enorme descompasso, porque essas populações que vêm aí, através dessa explosão demográfica, não podem receber da Nação e da sociedade aqueles benefícios que uma sociedade moderna tem que prestar ao indivíduo.

Então, nós vivemos uma explosão demográfica. Aliás, uma das maiores do mundo. Na década de 80, de acordo com dados do censo do IBGE, o nosso crescimento foi 2,49, quando a média dos países subdesenvolvidos no mundo, os países mais pobres, foi 2,1. Os países desenvolvidos, os ricos, que são poucos, infelizmente, têm taxas de crescimento em torno de 1% e menos de 1%.

Então, taxas de crescimento demográfico têm muito a ver com pobreza, porque, se se for examinar o relatório da ONU sobre crescimento demográfico, todos os países com taxa de crescimento populacional acima de 2% são países pobres.

É claro que o Brasil tem condições de sair disso, se realmente quiser enfrentar este problema, que é de segurança nacional.

Segurança nacional são aquelas medidas que a Nação e a sociedade devem tomar para preservar a consecução daqueles objetivos principais, aquelas aspirações principais da nacionalidade, que são nossos objetivos. Há um consenso nacional de que os nossos objetivos permanentes são: a democracia, a integração nacional, a integridade do patrimônio nacional, a paz social, o progresso e a soberania. Esta é a aspiração de todo o brasileiro para o seu País.

Mas eu vejo esse crescimento, essa explosão demográfica comprometer a consecução de alguns desses objetivos, se não de todos, mas uns mais ameaçados do que outros. Por exemplo, o da integração nacional.

A integração nacional não diz respeito apenas ao aspecto físico geográfico. Nós mantemos a integridade desse imenso território com oito milhões e meio de km², que os nossos antepassados nos legaram com muito esforço, muito heroísmo.

Mas não é só a integração ou a integridade desse território, mas a integração do povo que vive aqui dentro, que deve ser um tanto quanto homogêneo. Não pode ha-

ver distinções entre pobreza e riqueza. Nós estamos cavando um fosso muito grande neste País, um País desenvolvido em certas áreas, e, em outras, um outro País de muita pobreza. O outro País a que eu me refiro, diz respeito a um grupo populacional muito grande que se está avolumando a cada dia, de extrema pobreza. Vejam os Senhores, então, que esse propósito, esse objetivo de integração nacional está sendo ameaçado já no momento, e a paz social, outro grande objetivo nacional, é constantemente ameaçada, justamente porque esses mais pobres, não podendo ver cumpridas as suas aspirações vitais, aquilo que eles desejam como pessoa humana digna, revoltam-se contra esse estado de coisas.

Então eu acho que o problema populacional, no estágio em que estamos, é de segurança nacional, e interessa a todas as nossas instituições e a todas as pessoas, a todos os brasileiros, porque, perante a Constituição, todos os brasileiros são responsáveis pela segurança nacional.

Vejamos agora a distribuição espacial, como se comporta a nossa população, que, vem desde o tempo da nossa colonização, com uma grande concentração litorânea, coisa que permanece até hoje. De lá para cá, um fato novo, marcante que houve, foi a ocupação do planalto central, quando aqui se estabeleceu a Capital da República. Mas desde o descobrimento até 20 e poucos anos atrás, até o surgimento de Brasília, essa concentração era firme no litoral. Nos dias de hoje há o fluxo migratório rural urbano. Se há 40 ou 50 anos, 70% da população vivia na área rural e 30% nas cidades, nos centros urbanos, isto hoje está completamente invertido: 70% vivem nas cidades e 30%, no campo. As nossas cidades não estão crescendo, estão inchando; inchação é doença, é mazela. É o que ocorre hoje em todas as nossas cidades, principalmente essas capitais litorâneas. Cuiabá está crescendo a 17% ao ano. Até quando ela irá resistir? Pergunto ao Senador Roberto Campos, que não está aqui. Até quando poderia uma cidade crescer a uma taxa dessa? Isso é um fenômeno nosso de urbanização.

Em consequência do declínio da população rural, há o aumento da tendência da hegemonia econômica e demográfica da Região Sudeste. É para onde vêm esses imensos excessos populacionais em busca de emprego, de melhor nível de vida, criando então, com esse desenvolvimento, um maior descompasso com relação a outras regiões do País. E o declínio da participação da Região Nordeste no conjunto da população brasileira é devido à migração. Os excessos populacionais migram. São dados estarrecedores: são 50 milhões de habitantes nos últimos 40 anos, como disse o Presidente da República na sua mensagem; ao Congresso nacional. E o mais significativo, ainda, é que nos últimos 13 anos, quer dizer, de 1970 até 1983, a nossa população aumentou em 34 milhões de habitantes, uma população idêntica à da Argentina, do Paraguai e do Uruguai. Imaginem os Senhores o que se infra-estrutura no campo assistencial e social deveria ter sido feito para suportar essa população em tão pouco tempo. Dizer que numa casa onde comem cinco pessoas comem dez, não está certo. Temos que repartir o bolo. Então, o povo brasileiro, como um todo, está se empobrecendo, porque tem que dividir para todo mundo. É uma questão até cristã. Aquilo que a Nação puder dividir, divide, mas há um limite de divisão, há um limite de possibilidades, há um limite de recursos. Em 50 anos, em 40 anos o Brasil incorporou uma população igual à da França, que levou milhares e milhares de anos para se formar como nação, e incorporou, em 13 anos, uma população igual à da Argentina, a do Paraguai e ao Uruguai.

Essa transparência mostra os seguintes dados: o crescimento na década de 70/80 foi de 2,49%, acima do nível mundial, para as nações pobres e subdesenvolvidas. Um dado tremendo, tético. Taxa de mortalidade infantil: 96 por mil, uma das maiores do mundo. E aquilo que dissemos aqui, da concentração urbana: 67, quase 70%. E aqui a condição espacial da população brasileira, a população concentrada, que é a tradição brasileira, quase toda no litoral. Com a vinda da Capital da República para Brasília, esse interior se expandiu, já está vindo para cá. Mas há esse grande imenso ainda neste País. E aí se diz: ah! mas esse espaço aí está para ser ocupado por uma grande população. Por isso se diz — o que eu

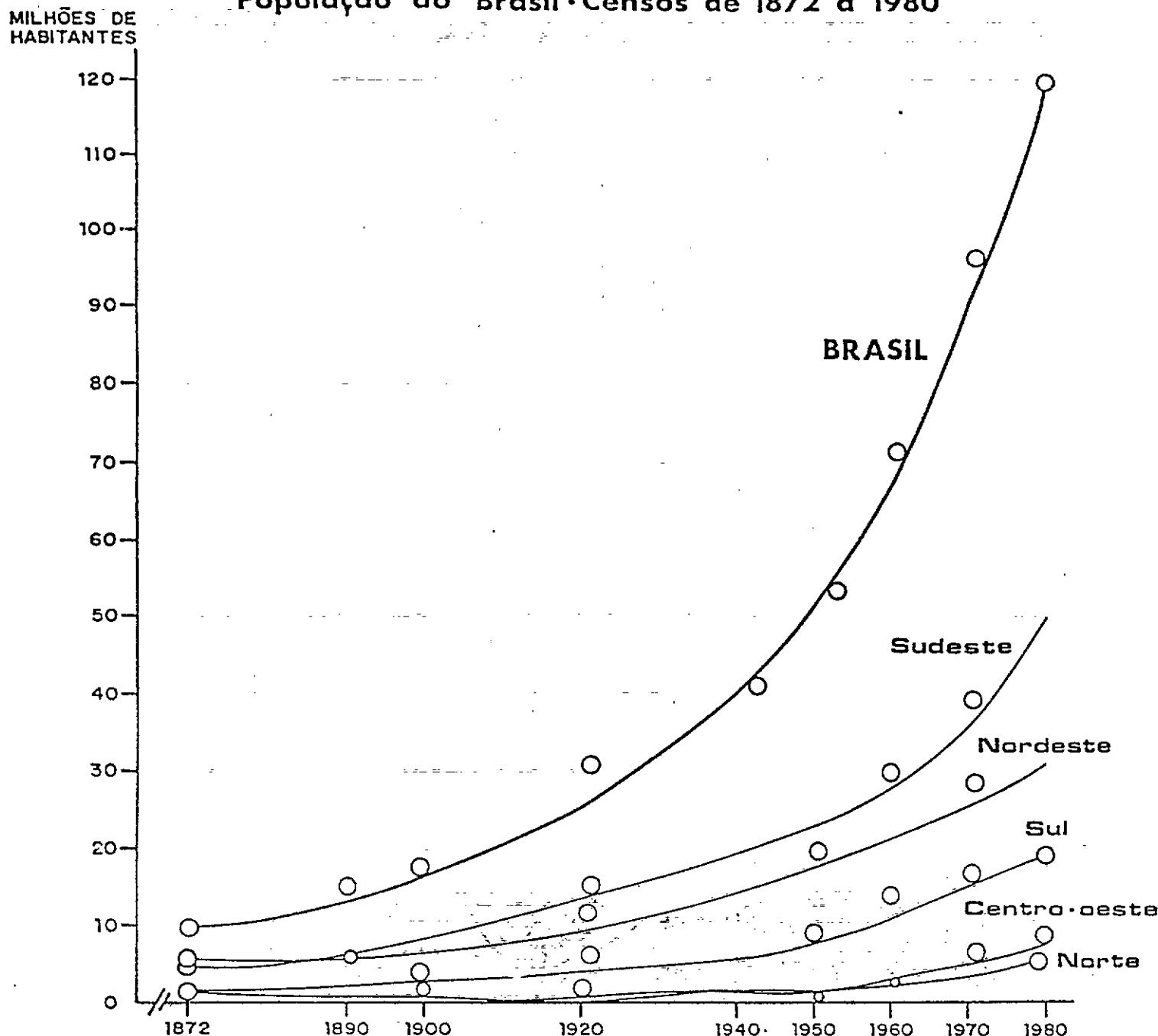
acho uma falácia — que o Brasil é muito grande e precisa ter uma enorme população. Há enormes espaços vazios para serem ocupados pelo homem brasileiro, espaços que estão aí para serem conquistados. Na verdade estão, mas isto é uma falácia, porque dentro desse grande e enorme espaço vazio que está aí está uma Amazônia, com 52% do território nacional, que pode ser ocupada somente em parte. O restante da Amazônia não pode ser ocupado. Aquela floresta densa, aquela floresta tropical úmida, que levou milhões e milhões de anos para se formar, não pode disputar espaço com o homem, mesmo porque o homem não pode viver nesse ambiente tão hostil. A Amazônia, para ser conquistada, precisa, antes de

tudo, de capital, de investimento, de homem que vá para lá biologicamente saudável e que tenha consciência e capacidade profissional. Então, os excedentes populacionais, sejam de onde for, que não estiverem nessas três condições, não podem ocupar esse restante da Amazônia ou qualquer outra parte restante do País. É um processo de conquista, que antecede muito o processo de desenvolvimento. O homem tem que ir para lá se fixar e começar do zero, do nada. Hoje, o Senhor sai de Brasília num aviãozinho num teco-teco lento, anda 100km para qualquer lugar, olha para baixo e diz: "Bom, esse espaço tem que ser conquistado, está vazio. Mas ele só pode ser conquistado com essas três condições; capital, investi-

mento e um homem apto, com saúde que tenha conhecimentos profissionais para ocupar aquela terra, seja em qualquer mister, na agricultura, na indústria ou qualquer outro setor. Ele tem que ter conhecimentos, para não ocupar a terra com a tecnologia do índio. Não estamos mais nessas condições.

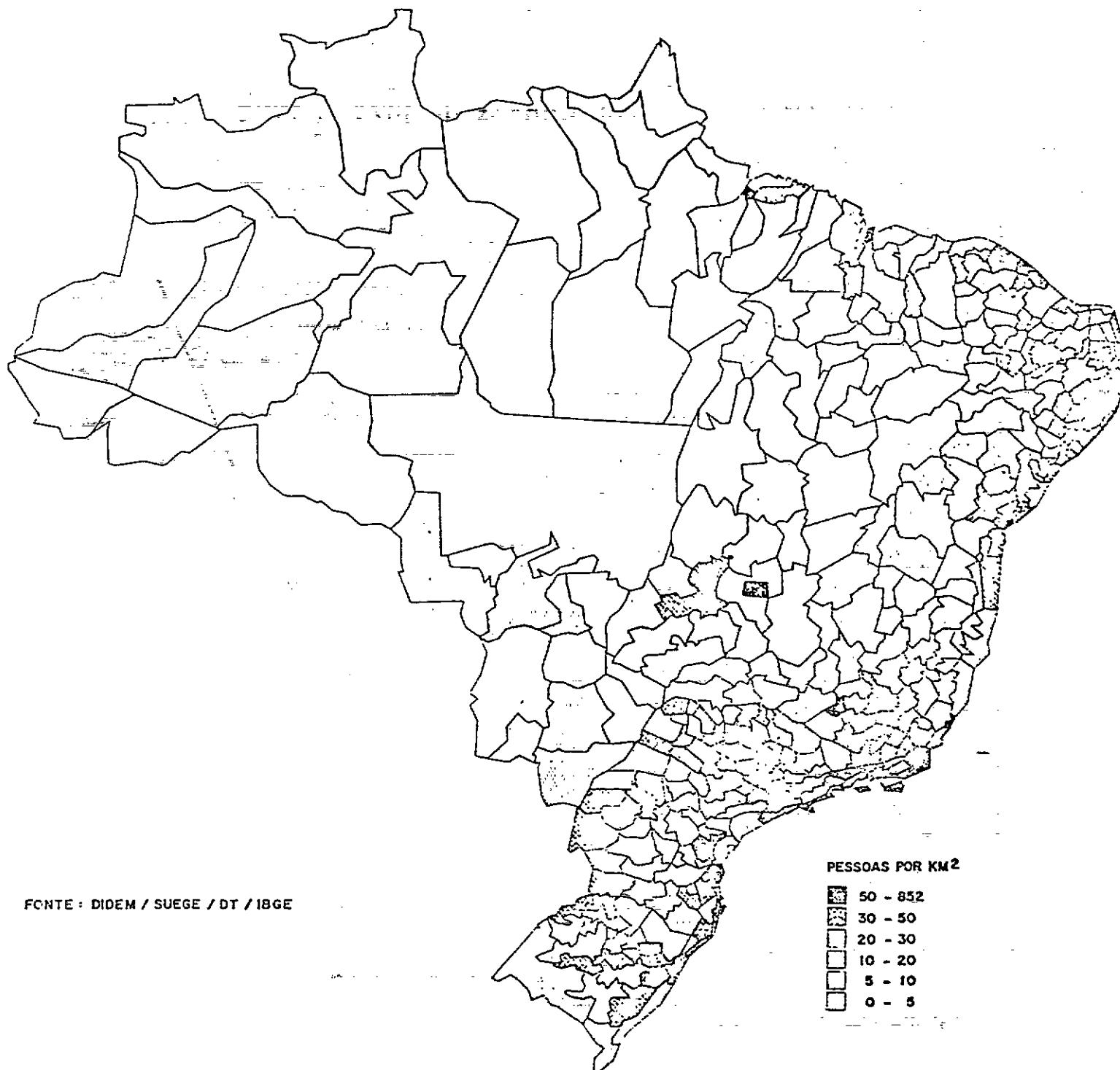
Então nós temos essa verdade: nós temos um território muito grande para ser ocupado, ainda, mas não há de ser com o homem que está vindo dessa parte do Brasil, como mostra aquele quadro ali dos jovens do serviço militar. Não serão esses os aptos para fazerem a conquista deste País.

População do Brasil - Censos de 1872 a 1980



BRASIL – CENSO DEMOGRÁFICO 1980

-MICRORREGIÕES HOMOGENEAS
DENSIDADE POPULACIONAL



SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

1982

CAUSAS DA INCAPACIDADE

- SUBNUTRIÇÃO
- DEFICIÊNCIA DENTÁRIA
- INSUFICIÊNCIA DE PESO E ALTURA
- DIMINUIÇÃO DA ACUIDADE VISUAL
- ALTERAÇÕES CONGÊNITAS:
 - DOS MEMBROS INFERIORES
 - DA COLUNA

POPULAÇÃO RECENSEADA (Rural)
BRASIL - 1940/80
Milhões

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1980	CRESCIMENTO (%) <small>1940/80</small>
NORTE	1.056,6 (3,7)	1.263,8 (3,8)	11.604,1 (4,1)	1.977,3 (4,8)	2.847,0 (7,4)	(169,4)
NORDESTE	11.052,9 (39,0)	13.228,6 (39,9)	14.665,4 (37,8)	16.358,9 (39,9)	17.275,4 (44,7)	(56,3)
SUDESTE	11.113,9 (39,0)	11.827,7 (35,7)	13.169,8 (34,0)	10.888,9 (26,5)	8.904,4 (23,1)	(-19,9)
SUL	4.144,8 (14,6)	5.527,9 (16,7)	7.392,4 (19,1)	9.193,0 (22,4)	7.155,9 (18,5)	(72,6)
CENTRO - OESTE	987,8 (3,5)	1.313,5 (4,0)	1.935,8 (5,0)	2.635,9 (6,4)	2.636,8 (6,3)	(146,7)
BRASIL	28.356,1 (100)	33.161,5 (100)	38.767,4 (100)	41.054,1 (100)	38.619,6 (100)	(36,2)

POPULAÇÃO RECENSEADA (Urbana)

BRASIL - 1940/80

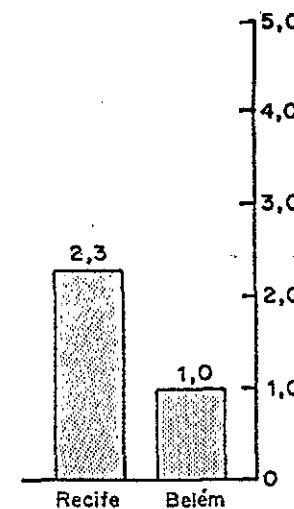
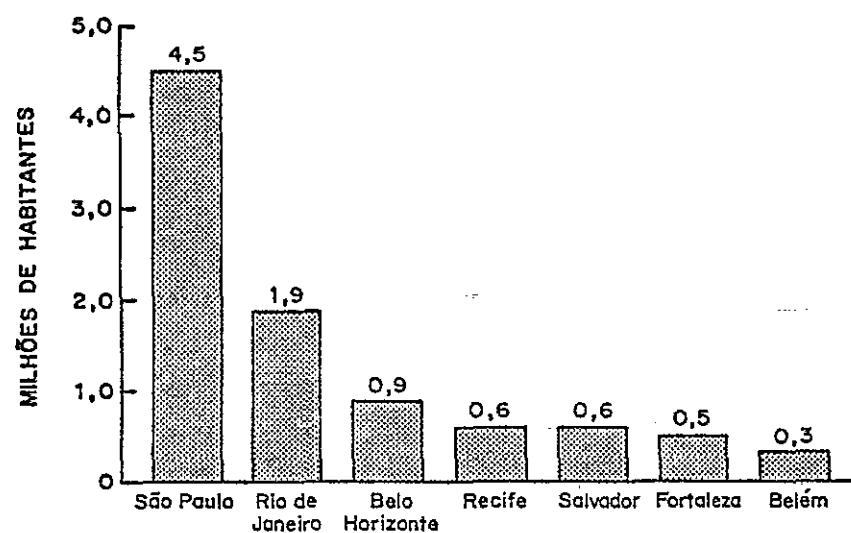
- Milhares -

REGIÃO	1940	1950	1960	1970	1980	CRESCIMENTO (%) 1940 / 80
NORTE	405,8 (3,1)	580,9 (3,1)	957,7 (3,1)	1.626,6 (3,1)	3.046,1 (3,8)	(650,6)
NORDESTE	3.381,2 (26,2)	4.744,8 (25,2)	7.516,5 (24,0)	11.752,0 (22,6)	17.586,5 (21,9)	(420,1)
SUDESTE	7.231,9 (56,1)	10.720,7 (57,1)	17.460,9 (55,8)	28.964,6 (55,6)	42.848,2 (53,2)	(492,5)
SUL	1.590,5 (12,3)	2.312,9 (12,3)	4.360,7 (13,9)	7.303,4 (14,0)	11.880,5 (14,8)	(647,0)
CENTRO - OESTE	2.270,8 (2,1)	423,5 (2,2)	1.007,2 (3,2)	2.437,4 (4,7)	5.118,1 (6,4)	(1.790,0)
B.R.A.S.I.L.	12.880,2 (100)	18.782,9 (100)	31.303,0 (100)	52.085,0 (100)	80.479,4 (100)	(524,8)

BRASIL

Crescimento populacional nas
cidades principais do país,
1970-1980

População total,
1980



POPULAÇÃO URBANA EM RELAÇÃO POPULAÇÃO TOTAL.

BRASIL-1940/80 (%)

REGIÕES	1940	1950	1960	1970	1980
NORTE	27,8	31,5	37,8	45,1	51,7
NORDESTE	23,4	26,4	34,2	41,8	50,4
SUDESTE	39,4	47,6	57,4	72,7	82,8
SUL	27,7	29,5	37,6	44,3	62,4
CENTRO-OESTE	21,5	24,4	35,0	48,0	67,8
BRASIL	31,2	36,2	45,0	55,9	67,6

Aqui, o nosso ritmo de crescimento populacional. Esses 2,49 correspondem à curva ascendente do crescimento populacional do Brasil.

Aqui mostra o crescimento em cada uma das regiões. O Brasil, nesse ritmo, está colocado entre os maiores do mundo. Na verdade, o nosso ritmo de crescimento está decaido. Na década de 60, esse crescimento foi 2,89,

quase 3%. Foi a época em que eu comecei a fazer esse estudo lá na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, e fiquei espantado com esse índice. Na verdade, hoje, o índice baixou para 2,49. Mais a base populacional, hoje, no Brasil já é de 130 milhões de habitantes. Então, são 2,49 sobre 130 milhões. Naquela época eram 2,89 sobre 70 milhões. Quer dizer, em número absoluto, essa

percentagem é altíssima. Hoje com essa taxa, são 3 milhões de brasileiros por ano que sobrevivem, e que nós incorporamos ao nosso patrimônio demográfico.

Ainda dessa reportagem da *Veja* sobre essa última seca lá no Nordeste, vejo uma família, aqui, uma viúva de 33 anos, 12 filhos, o mais velho com 17 anos e o mais

VIÚVA - 33 anos - 12 filhos (17 anos - 8 meses)



CONJUNÇÃO DA MISÉRIA E DA DESINFORMAÇÃO
— Pobreza gerando pobreza —

novo com 8 meses, que está no colo dela. Vê-se, por aí, que ela teve o primeiro filho aos 16 anos, vários filhos já morreram. Isso é a pobreza extrema! E aqueles filhos dela, quando cresceram, certamente vão crescer sob o regime da subnutrição, que no primeiro ano de vida criou sequelas irreversíveis no seu cérebro, e serão homens e moças com capacidade intelectual reduzida, o que vai

proporcionar, aquela evasão de 5 milhões de crianças no primeiro ano do primeiro grau. Os filhos dessas famílias é que concorrem para essa evasão. Uma moça que foi mãe aos 16 anos de idade tem 12 filhos — não houve nem espaço entre os filhos — já é uma derrotada pela vida. A expectativa de vida dela vai ser muito reduzida. Talvez não tenha tempo nem de criar aqueles que

sobreviveram, porque ela agrediu a natureza biológica da mulher, por falta de informação, por falta de apoio. Mas o pior, é que os filhos e as filhas delas, nascidos assim, subnutridos, sem instrução, sem nenhum apoio e assistência, vão ser pobres, e incapazes o resto da vida, e vão realizar o mesmo que a mãe e o pai vão gerar pobreza. Então é pobreza gerando pobreza, justamente na re-

AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

07

EDUCAÇÃO

Censo de 1980

- TAXA REAL DE ESCOLARIZAÇÃO
7 A 14 ANOS → 67,3 %

7.156.596 CRIANÇAS FORA DA ESCOLA

- ANALFABETOS
7 A 14 ANOS → 32,7 %

- POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS
TOTAL → 74.599.482
ALFABETIZADOS → 55.243.549

ANALFABETOS → 19.355.933 → 26 %

AVALIAÇÃO DA CONJUNTURA

08

EDUCAÇÃO

Censo de 1980

- 2º GRAU — 15 A 19 ANOS

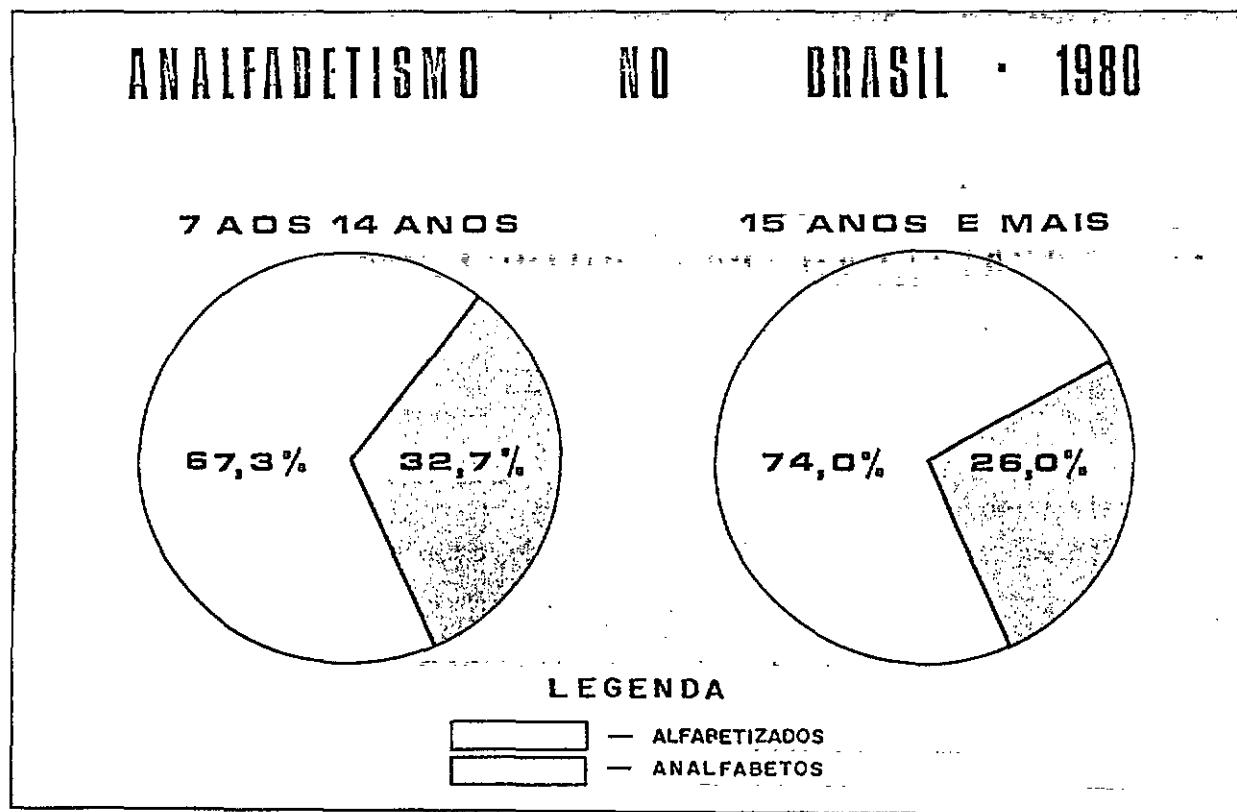
TOTAL 13.287.457

MATRICULADOS 1.919.900

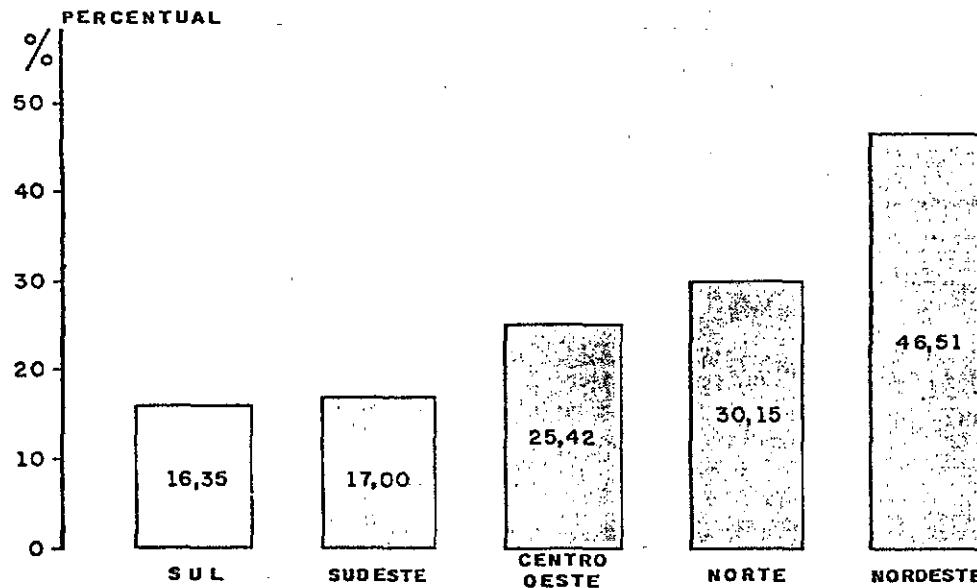
14,45 %

- 1º GRAU

A MAIORIA QUE CONCLUE, ABANDONA PARA INTEGRAR A FORÇA DE TRABALHO PARA SUSTENTO PRÓPRIO E O DA FAMÍLIA.



**ANALFABETISMO NA POPULAÇÃO DE 15 ANOS E MAIS
POR REGIÃO BRASIL - 1980**



gião mais carente, mais pobre do País. E aqui a pobreza vai gerar pobreza, porque os analfabetos do Nordeste, não vão construir o Nordeste, vão criar mais pobreza para o Nordeste. É a pobreza gerado pobreza. Então, eu diria que a solução é dar educação ao povo. Já esteve aqui a Ministra Esther falando sobre o assunto. Gostaríamos de dar educação e saúde a toda essa juventude, mas não há recursos nacionais para proporcionar o seu atendimento em um ritmo tão crescente da população, porque os recursos nacionais, vêm da produção. Nós temos que investir para produzir, para que esse produto comercializado interna ou externamente gere recursos,

tributos que vão dar apoio não só à campanha no campo social, mas em todas as atividades nacionais, primeiro precisamos ter os recursos internos, nós precisamos ter a poupança, ou se não ir buscar a poupança externa, com esses riscos tremendos que nós estamos vivendo.

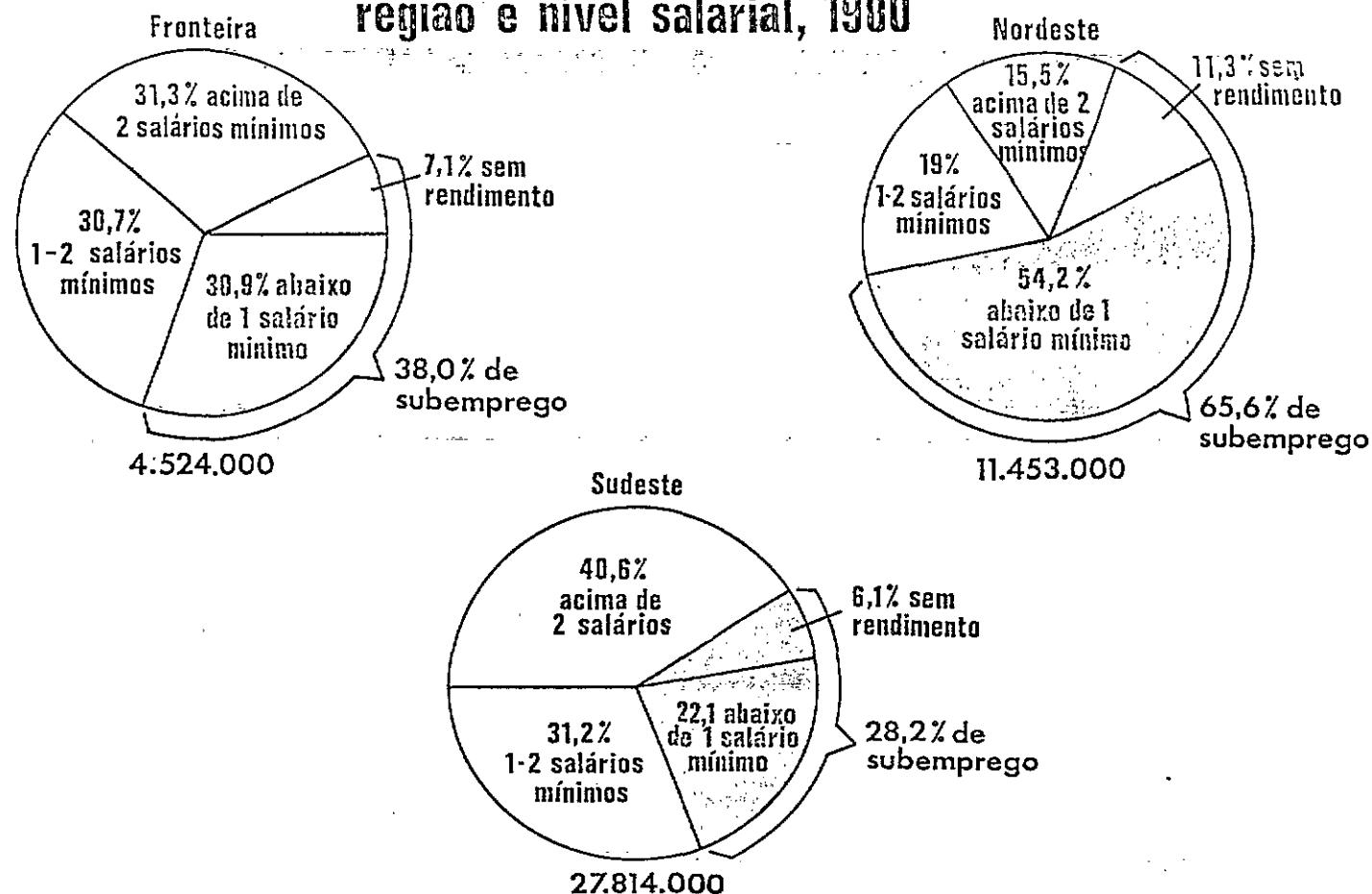
Então, para dar educação, saúde e tudo isso à população, primeiramente nós temos que ter os recursos, porque a vontade de dar é uma vontade nacional. Não há nenhum brasileiro, nenhum membro do Governo, nem de nenhum governo que não quisesse dar educação e saúde a toda a população. A questão são os recursos. Onde nós vamos investir primeiro? Na educação ou na

saúde? Investimos por um período, mas depois vão faltar os recursos, por que não temos de onde tirar esses recursos? Onde buscar a poupança para isso? Então o drama dos governantes é este: equilibrar aquilo que pode empregar na produção e aquilo que pode empregar no campo de assistência social.

Se não há recursos, vamos viver nesse impasse. Aí é que entra o problema da diminuição do ritmo do crescimento da população. Mas neste ponto tocaremos mais na frente.

Vejamos ainda o quadro brasileiro de pobreza nesses 3 gráficos de comparativos.

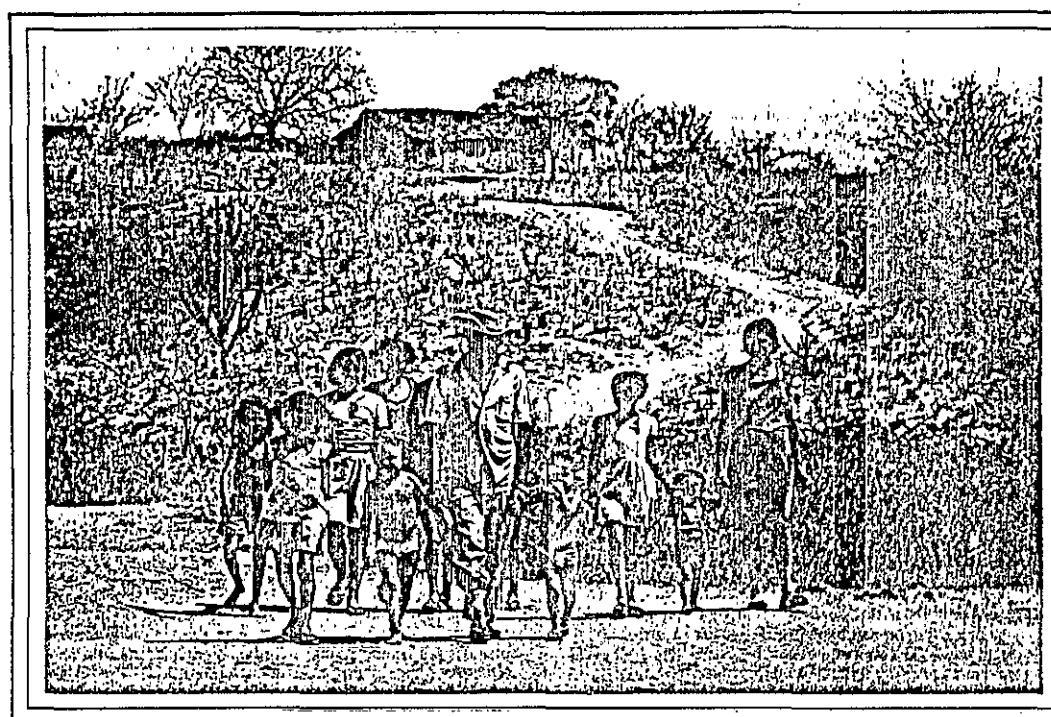
População economicamente ativa empregada por região e nível salarial, 1980



E vem aquela família pobre gerando mais pobreza. Voltando ainda à causa dessa pobreza que gera pobreza,

está aí, nesse gráfico, identificado no serviço militar, outra família pobre, uma família com 8 filhos, morando

numa casa de sapé, sem nenhuma condição de higiene. É a pobreza gerando pobreza.



CONJUNÇÃO DA MISÉRIA E DA DESINFORMAÇÃO
Pobreza gerando pobreza

Outros pontos identificados:

Aspectos marcantes

- 1 — Distribuição heterogênea da população;
- 2 — Crescimento exagerado da população;
- 3 — Vinte e cinco milhões de menores carentes condenados a uma vida marginalizada;
- 4 — Existência de problemas de saúde, educação, nutrição, saneamento, habitação, transporte e lazer;
- 5 — Depreciação dos fundamentos da nacionalidade — homem — terra — instituições.

É a depreciação dos fundamentos da nossa nacionalidade. O homem está sendo deprecado, a terra está sendo deprecada e as nossas instituições também, porque a instituição é o reflexo da nossa sociedade. Quanto melhor a sociedade, melhor a sua instituição. É uma sociedade assim tão dividida nesses níveis de pobreza, se enfraquece através dos tempos. Por isso que esse problema é de segurança nacional. Por isso que nós, do EMFA, e todas aquelas instituições nacionais, especialmente o Congresso Nacional, como solicitou o Senhor Presidente da República, devem fixar-se no debate desse problema que, antes de tudo, é de segurança nacional e envolve o futuro do País. Temos um compromisso com o futuro, principalmente, com essas gerações que estão para vir. Mas nós já temos um déficit social acumulado através dos anos: os favelados, os pobres, os subnutridos e doentes. Não podemos legar essa dívida social às gerações que nos vão suceder, sob o risco de sermos, no ano 2.050, um País inviável. Creio, tenho consciência, que se não forem tomadas medidas nesse campo populacional, o Brasil vai-se tornar um País inviável no futuro. Com esse ritmo de crescimento e com essa qualidade do homem brasileiro que está surgindo aí, eu creio que vamos tornar este País inviável, apesar de toda essa potencialidade que sabemos que ele tem. A nossa população está dobrando a cada vinte e oito anos com esse crescimento de 2,49. É um exercício aritmético. Ela dobra a cada vinte e oito anos. Embora, daqui a pouco ela não estaja a 2,49, mas a 19. Entretanto, a base do cálculo da população é bem maior. Então, ela dobra realmente a cada vinte e oito anos. Nós somos 130 milhões no ano de 83. No ano 2.011 nós seremos 260 milhões. Mais 28 anos à frente, seremos 520 milhões, com esse nível de pobreza. Por isso que eu acho que o País é inviável.

Omissão imperdoável

O desconhecimento desse problema, a omissão de provisões, com graves consequências futuras, não serão tolerados nem perdoados pelas gerações do Brasil de amanhã, porque essas gerações que vierem por aí nos vão cobrar, nós que vivemos agora, a falta de providências, a falta de visão dos homens que compõem a sociedade atual.

Ónus às gerações futuras

O crescimento demográfico que, atualmente atinge um ritmo vertiginoso, confuso e descontrolado, preocupa-nos, com os reflexos negativos às gerações futuras.

Avaliação da conjuntura

Aspectos psicosociais

Paternidade e maternidade irresponsáveis

Nós defendemos a paternidade responsável, o planejamento familiar com a paternidade responsável. Mas o que se vê, hoje, no Brasil, é a paternidade irresponsável. Aquelas famílias. Naquelas que estão fotografias ali, constituem uma paternidade irresponsável, por falta de informação, de conhecimento, de apoio de tudo.

Mas há outro tipo de maternidade e paternidade irresponsáveis. O que está crescendo vertiginosamente neste País é o problema de filhos de mães solteiras, principalmente na periferia das cidades, nas grandes aglomerações urbanas. De acordo com dados que eu obtive em São Paulo, na época em que estava à frente do Comando Aéreo Regional, só na grande periferia de São Paulo, há um aumento de 400 mil habitantes por ano. Quando me dei esses dados foi o prefeito da Capital, Dr. Reynaldo de Barros, que foi candidato ao Governo do Estado, que dizia: "trabalho, trabalho, trabalho, trabalho, chega no fim do ano eu não fiz nada. A população de São Paulo cresceu em 450 mil pessoas".

Pois bem, nessa grande periferia, que aumenta essa quantidade, de pessoas a cada ano, nove entre dez crianças que nasciam eram filhas de mães solteiras. Qual o futuro dessas crianças? Qual o futuro desses brasileiros? Que contribuição ele vai poder dar ao País e a sociedade? Como ele vai ser criado? É paternidade e maternidade irresponsável. O problema do aborto no Brasil cresce a cada ano e é uma agressão à vida do nascituro e à mulher.

- filhos de mães solteiras
- abortos
- agressão à vida e à saúde da mulher
- menores carentes
- lesões irreversíveis
- menores marginalizados
- pobreza gerando pobreza
- qualidade de vida deteriorada.

Aquela criança nasce e não tem uma expectativa de vida digna. É aquilo que dizia São Tomás de Aquino: "O homem, quando nasce, tem direito à dignidade, à vida. Que é isso? Ele tem direito ao acesso a tudo aquilo que a sociedade, no momento, pode proporcionar a ele. Ele não pode ficar alheio a isso, não pode ser marginalizado. Quando ele nasce, já traz consigo essa expectativa que Deus lhe deu. Por isso, eu sou adepto do planejamento familiar.

O exercício da paternidade responsável, a utilização voluntária é consciente, por parte do casal, do instrumento necessário à planificação do número de filhos e ao espaçamento entre uma gestação e outra, é um direito humano básico.

O que nós pretendemos não é um Brasil potência, não é um Brasil eugênico, mas um Brasil saudável, em que a criança, ao nascer, tenha uma expectativa de vida, uma qualidade de vida para o aperfeiçoamento dela própria, da nossa terra, das instituições e do progresso. Como fazer isso? O Governo planeja e pode incentivar, mas, soberanamente, sem nenhuma interferência externa nesse campo, respeitando a soberania do núcleo familiar, que é a família, respeitando o princípio ético do casal. Ao Estado cabe a responsabilidade de informar, de dar os meios necessários aos cidadãos.

Acredito, então, que só um planejamento familiar, com o apoio do Estado, poderá minorar a situação do crescimento demográfico que nós estamos vivendo. Se V. Ex's entenderam o meu pensamento, o problema não é investirmos dinheiro na área de saúde e de educação. Temos que ver um outro componente, o demográfico. Sobre este nós podemos agir, por dois motivos: um é a capacidade de fazer, havendo a vontade nacional. O outro, que é um objetivo extremamente cristão e humanitário, é não permitir que se formem famílias como aquelas, que geram pobreza e pessoas subumanas. Isto não é cristão. Negar a essas famílias a informação desses meios, é uma atitude, para mim, anticristã. Posso até entrar em polêmica com a Igreja, mas eu digo isto: negar essas famílias quaisquer informações sobre métodos, baseados nos quais ela possa, se desejar, controlar sua próle, para mim é uma atitude anti cristã, porque se vai gerar ai pessoas que não são filhos de Deus. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Faremos um intervalo de cinco minutos, para depois passar à 2ª parte da reunião. Está suspensa a reunião por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Reiniciamos os nossos trabalhos.

Estão inscritos para arguir o Sr. Ministro, Brigadeiro Waldir Vasconcelos, inicialmente, o Senador Aderval Jurema.

Concede a palavra a S. Ex.

O SR. ADERBAL JUREMA — Sr. Presidente, meus colegas, minha colega, a presença de V. Ex. nessa Comissão, Ministro Waldir Vasconcelos, mostra que a sua formação militar soube compor-se com a realidade brasileira, através dos quadros que V. Ex. fez exibir na sua palavra objetiva, sincera e culta.

Nós nos sentimos encorajados a dizer, alto e bom som, que a sociedade brasileira vive sob o signo da imprevidência, que gera a irresponsabilidade na vida privada e na vida pública. Por isso é que chegamos a esses números que V. Ex. exibiu. Se não me falha a memória, em 1930 tínhamos 30 milhões de habitantes. Em 1983, estamos

com cerca de 131 milhões. Enquanto isso, o Canadá, territorialmente um pouco maior do que o Brasil, não chega nem a 27 milhões de habitantes. E por que isso? Pela nossa imprevidência, que V. Ex. detectou desde o Brasil-colônia. É uma verdade. Se nós olharmos rapidamente para a evolução histórica deste País e nos detivermos em determinados marcos da nacionalidade — a libertação do Nordeste do domínio holandês, em 1645; a Inconfidência Mineira; a Independência do Brasil; a abolição lenta e gradual, que é verdade histórica, da escravatura, com as leis Sexagenária, Vente Livre, até chegarmos ao 13 de maio de 1868; República, Revolução de 1930, redemocratização, depois da última guerra — 1945/1946; Revolução de 1964 — verificamos, em toda essa série histórica de acontecimentos, que nós não nos preocupamos nem ontem, nem hoje, com a explosão demográfica. Concordo com o ponto de vista de V. Ex. Estamos vivendo uma explosão demográfica, que já começa a ameaçar a estabilidade da sociedade brasileira. O que está acontecendo no Rio de Janeiro é uma manifestação rudimentar da explosão demográfica. O Nordeste, com o problema das secas, que é um problema secular, e o agravamento da miséria, tem, como consequência, também, a explosão demográfica. Então, que aprendi na palestra de V. Ex.? Aprendi que nós não podemos retroagir quanto ao nosso desenvolvimento, mas precisamos anexar a esta palavra "desenvolvimento" uma outra: "desenvolvimento com responsabilidade". E o que nos leva ao desenvolvimento com responsabilidade? Leva-nos a pensar primeiro em José do Egito, aquele ministro judeu dos faraós, que soube enfrentar o sonho das 7 vacas magras. Aqui, Ministro, dentro da sua tropa, no setor de cultura, previu-se que fámos ter anos difíceis. Teríamos 5 a 7 anos de seca, não é verdade, Sr. Ministro? Mas não se quis acreditar, porque vivemos sob o signo da imprevidência. Por isso é que não acreditamos nessa previsão. E quando digo nós, não foram somente os homens responsáveis pelo Legislativo e pelo Executivo, mas também os que compõem a sociedade, através do seu empresariado. Por que não acreditaram? Porque nós, desde criança, vivemos sob o signo da imprevidência. Estou ao lado de uma professora, e constato que há falta de orçamento e de qualquer previsão em qualquer escola brasileira, desde a escola de uma só professora até o grupo escolar ou o colégio maior. Ministro, se V. Ex. visitar as escolas deste País, as escolas mais simples deste País, como fiz durante 5 anos, quando fui Secretário de dois Governos em Pernambuco, Ezequiel Lins e General Osvaldo Cordeiro de Farias, V. Ex. ficará espantado. A professora não sabe o que vai gastar no dia de amanhã, porque não se ensinou na escola, onde essa professora fez o seu curso, como se organiza um orçamento de escola. Tudo, neste País, é improvisado. E é a escola quem forma o cidadão, tanto o civil, como o militar, porque não faz nenhum diferença entre os dois. Pois bem, Sr. Ministro, estamos com um crescimento, como V. Ex. avivou a nossa memória, de 2,49. Quando V. Ex. chamou a atenção para essa progressão, tendo em vista o ritmo de crescimento da população, de qualquer forma vamos sempre aumentando esse número, porque o cálculo de 2,49, sobre 131 milhões, hoje, será sobre 150 milhões amanhã e continuará sempre este aumento, que considero, hoje, negativo, para o futuro deste País. Agora, que temos? Temos, primeiro, como disse V. Ex., gravei bem, que combater a falácia de dizer que somos a Terra de Canaã, que somos um País que precisa de gente. Precisamos, sim, de qualidade de gente e não de gente apenas. A qualidade, hoje, no Brasil, é tão vital quanto resolver as nossas necessidades. Que adianta um País de miseráveis? Que adianta um País de analfabetos diante da tecnologia que vem tomando conta das grandes nações do mundo com populações menores — como V. Ex. assinalou — do que a nossa? O que nós precisamos, Ministro — e é importante que ouçamos isso do responsável pelo Ministério Coordenador das Forças Armadas — é acabar com essa geratriz de pobreza, o que nós precisamos, ao lado do planejamento familiar, é acabar com esse índice humilhante de mortalidade infantil. Mas se nós não fazemos planejamento nenhum, não podemos diminuir esse índice de mortalidade infantil, porque um é consequência do outro. Durante o Brasil-República, já não queria recuar para o Brasil-Império, o que tem havido neste País é que, a meu ver, na escala das nossas necessidades nós não temos sabido colocar as nossas prioridades. Então muita gente se tem feito, no Brasil sem retorno, onde um retorno para de-

pois do ano 2000. E o resultado é que hoje nós estamos com uma baixa produtividade, porque, como V. Ex^e assinalou, um povo de analfabetos não pode concorrer com um povo de alfabetizados. Então, a nossa produção, quer no campo, quer na cidade, carece de qualidade, não porque nós sejamos incapazes, mas porque nós não estamos preparados. É aquele índice que V. Ex^e mostrou, de analfabetos. E esse índice de analfabetos, eu venho observando como modesto educador do Nordeste, domina a minha região, 46%, se não me falha a memória, foi o que V. Ex^e projetou ainda há pouco aqui. Que acontece? Acontece que a mão-de-obra do Nordeste, o homem nordestino, é inteligente, mas falta-lhe a técnica. Então a mão-de-obra do Nordeste carece de técnica. Por que carece de técnica? Porque a maioria dos nossos trabalhadores é analfabeto.

Certa vez eu levei o General Cordeiro Farias a presenciar um espetáculo, às sete horas da manhã. Nós iniciavamos a construção do Instituto da Educação de Pernambuco, no Parque 13 de maio — V. Ex^e, ainda há pouco fez alusão ao Recife, conhece o Recife — e o Engenheiro Murilo Paraiso, que foi Senador aqui, foi nosso colega, estava fazendo o recenseamento dos que queriam trabalhar de acordo com as suas habilidades. E então ele começou perguntando: "Quem for pedreiro levante a mão". Um grupo levantou a mão. "Quem for carpinteiro, levante a mão". Um outro grupo menor levantou a mão. "Quem for marceneiro levante a mão". "Quem for soldador, que for ajudante de pedreiro levante a mão". E ficou uma multidão de trabalhadores. Ele perguntou: "E os Senhores que sabem fazer?" Eles baixaram a vista e nada responderam, porque não sabiam fazer coisa alguma. E esse é o clima do Nordeste — analfabetos e despreparados.

Concordo em gênero, número e grau com V. Ex^e, quando se declara, sem subterfúgio, pelo planejamento familiar. E gostaria que as autoridades do meu País ouvissem a declaração de V. Ex^e e a tornasse realidade, porque não se pode fazer o planejamento familiar através de um Ministério. O planejamento familiar tem que usar de todos os veículos para educar, para fazer o levantamento do estado sociológico de cada região, porque nós não podemos fazer um planejamento familiar uniforme num País que não é uniforme quanto ao seu desenvolvimento — há regiões mais desenvolvidas, menos desenvolvidas e subdesenvolvidas. Então de acordo com o status sociológico, a meu ver, é que esse planejamento tem que agir.

Portanto, não podemos entregar apenas ao Ministério da Saúde o encargo do planejamento familiar, nem tampouco ao Ministério da Educação, nem tampouco ao Ministério da Previdência e Assistência Social, que poderia libertar-se de outras coisas e ser de fato o Ministério da Previdência e Assistência Social, que não o é. O Ministério da Previdência e Assistência Social no Brasil é um Ministério de pensões, porque previdência é um nome belíssimo e precisa ter uma outra projeção, por mais inteligente que seja o seu administrador. É a filosofia do Ministério da Previdência e Assistência Social. Então, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde, o Ministério da Educação, todos unidos, com um assessoramento importante das Forças Armadas podem fazer esse trabalho. O recrutamento do pessoal para servir as Forças Armadas, como V. Ex^e exibiu há pouco os dados, foi um dado que serviu para fortificar em mim, em V. Ex^e e em todos os bons enfermeiros, a determinação de ser pelo planejamento familiar.

De maneira que eu não tenho nenhuma pergunta a fazer a V. Ex^e. Apenas tenho que me congratular com o Presidente da Comissão e o seu Relator pelo acerto do convite. V. Ex^e se considere, nesta Casa, Ministro do EMFA, como um companheiro de idéias, que, tenho a certeza, vem de muito tempo, como disse V. Ex^e. Precisamos apenas que elas se transformem em ação, e, para que elas se transformem em ação, as conclusões desta CPI, sem dúvida, muito irão ajudar.

Muito obrigado a V. Ex^e pela sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro Waldir Vasconcelos para responder às considerações do Senador Aderbal Jurema.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — Meu caro Senador Aderbal Jurema, agradeço a V. Ex^e as brilhantes palavras em apoio a nossa tese.

Eu apenas gostaria de dizer a V. Ex^e que naqueles momentos históricos e cruciais da nossa civilização brasileira, que V. Ex^e tão bem citou, como a expulsão dos holandeses do nosso território, a nossa Independência, a Abolição da Escravatura, estiveram toda a inteligência, a vontade e o arrojo do povo brasileiro. O povo brasileiro teve forças para realizar todas essas epopeias. O momento exige que nós realizemos uma nova epopeia. É preciso que haja uma nova vontade nacional de realizarmos este trabalho, que vai ser a garantia do nosso futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra a nobre Senadora Eunice Michiles, para arguir S. Ex^e, o Sr. Ministro Waldir Vasconcelos.

A SRA. SENADOR EUNICE MICHILES — Ministro Waldir Vasconcelos, quero inicialmente parabenizá-lo pela maneira objetiva, patriótica, com que trouxe o assunto ao âmbito desta Comissão, e, ao mesmo tempo, prestar-lhe a minha homenagem por ter sido um dos pioneiros na defesa dessa bandeira. Quando o assunto ainda era tabu, preconceito, a sua coragem começou, sem dúvida, a abrir caminho nessa direção.

Também quero concordar em gênero, número e grau com tudo aquilo que foi dito, especialmente com algumas colocações. Gostaria de dizer que achei muito interessante a maneira como V. Ex^e conseguiu inverter aquele conceito clássico. Quando se fala em planejamento familiar, vêm sempre os expositores e dizem que um grande número de habitantes, uma população numerosa significa segurança nacional. V. Ex^e inverte este conceito, e diz que uma população numerosa, mas intelectualmente desprovida de recursos, é uma população perigosa, quer dizer, termina sendo um elemento de perigo para a segurança nacional. De maneira que isso me tocou profundamente, porque realmente é uma argumentação inteiramente inversa àquela que usam aqueles que são contra o planejamento familiar.

Concordo, também, com V. Ex^e quando diz que da nossa omissão poderá surgir, dentro de alguns anos, um país inviável.

Eu fazia aqui um cálculo mais ou menos rápido e vi o seguinte: uma criança que nascesse hoje e tivesse uma vida de setenta a oitenta anos, ela vai conviver, nessa progressão que nós estamos vendo, com um bilhão de habitantes neste País. Isso é um absurdo, é um número fantástico! Naturalmente isso não vai acontecer, mas isso nos chama à reflexão do que poderá acontecer se nós, imprevidentemente, continuarmos crescendo de acordo com essas taxas. Esse é um aspecto irreversível. Depois de colocarmos essa população no Brasil, não temos como recolhê-la, não temos o que fazer. Quer dizer, nós vamos ter que suportar essa população desprovida de condições intelectuais, de condições físicas, e concorrendo, sem nenhuma condição, com aqueles filhos das famílias abastadas, que infelizmente crescem numa proporção muito pequena. Enquanto nasce uma criança com condição de ter uma vida digna, nascem dez em ambientes pobres, como disse muito bem V. Ex^e, pobreza gerando pobreza.

De maneira que eu diria a V. Ex^e que foi realmente fantástica a sua exposição, pela objetividade e pelo cunho de patriotismo que nos transferiu e que nos proporcionou. Com essas projeções que têm, nesses últimos dias, aparecido na televisão, em termos de Nordeste, isso me faz pensar no seguinte: como é que isso se está refletindo, como está repercutindo naqueles que defendem uma grande população, em nome da moral, em nome da ética, em nome de Deus, em nome do Cristianismo. Será que não toca os corações dessas pessoas esses quadros dantescos que têm sido trazidos a nossa apreciação pela televisão nestes últimos dias, que realmente têm chocado a nossa consciência cívica? Isso me parece, assim, um chamamento, para que todos esses argumentos menores, que são todos muito teóricos, se desfaçam, para que a gente possa realmente partir, como propõe V. Ex^e para uma ação imediata, para que este País encontre, na verdade, o seu caminho. Era só o que eu queria dizer. Muito obrigada Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) Concedo a palavra ao Sr. Ministro, para responder às considerações da Senadora Eunice Michiles.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — (Ilustre Senadora Eunice Michiles, agradeço muito a V. Ex^e as suas palavras. Certamente eu já conhecia o pensamento de V. Ex^e em conversas anteriores, e sabia então que poderia contar com o apoio a que eu me referi aqui.

Na verdade, nós temos que partir para esse programa de planejamento familiar. Eu digo para a senhora que a maior beneficiária desse programa de planejamento familiar vai ser a mulher brasileira, porque dentro deste planejamento familiar, que eu imagino deve ser posto em prática, está a proteção materno-infantil, que vai ser o grande encaixe. O grande esforço dentro deste programa de planejamento familiar, é o programa materno-infantil, ao lado, evidentemente, da educação. E, com isso, a qualidade de vida da mulher brasileira subirá muito. Eu digo da mulher brasileira, porque as mulheres da classe média da classe mais alta, de renda média, de renda alta já têm a quem recorrer. Mas as mulheres, mães de família nessa faixa de pobreza, estão totalmente desprotegidas. Então, é nesse segmento da população feminina que nós temos que agir com muita intensidade, porque protegendo a mulher e a criança, esse quadro dantesco tende a diminuir. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — com a palavra a nobre Senador Lourival Baptista, para arguir o Sr. Ministro.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA — Sr. Ministro Waldir Vasconcelos, é com muita satisfação, com muito satisfação mesmo, que nos encontramos nesta sala, quando V. Ex^e participa desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Revejo V. Ex^e há anos passados, moço, Capitão, Major, Tenente-Coronel, Coronel, e hoje Ministro-Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Naquela época, eu não digo que também era jovem, mas era um pouco mais idoso que o Senhor. Era Deputado Federal, e andamos muitas vezes em aviões da FAB não só pelo Brasil afora, como também pelo exterior. É com muita alegria que revejo, hoje, o Ministro Waldir Vasconcelos, que nos dá uma aula sobre planejamento familiar.

O eminentíssimo Senador Aderbal Jurema já disse tudo que nós poderíamos dizer, S. Ex^e também nos deus, com o brilho de sua inteligência, uma aula sobre o planejamento familiar, e a eminentíssima Senadora Eunice Michiles, em duas frases, "a maneira objetiva "e" o cunho de patriotismo da sua palestra," disse tudo.

Eu, Sr. Ministro, só tenho a dizer que eu ouvi com atenção as suas palavras, os conceitos que emitiu, os dados apresentados, e entendo que foi uma contribuição muito válida para todos nós. Só tenho, nesta hora, de congratular-me com o Presidente da Comissão, pela sua chamada até aqui, para nos dizer o que disse, e formular um apelo para que sua palestra seja distribuída a todos nós a fim de que nos enfrontemos cada vez mais nesse problema que afigura todo o Brasil. Estamos, hoje, de parabéns, nesta Casa, o que alegra a todos nós. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Senhor Ministro, para responder ao Senador Lourival Baptista.

O SR. MINISTRO WALDIR VASCONCELOS — Senador Lourival Baptista, companheiro, como bem disse, de muita etapas da nossa vida, um dos maiores prazeres hoje, aqui, neste Plenário, é de estar novamente em companhia de V. Ex^e, para poder contribuir com esta Comissão, onde V. Ex^e é um dos ilustres membros, para que possamos, juntos, chegarmos a uma solução feliz para esse nosso programa. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra à Professora Ana Maria Mendonça, Socióloga, que está sempre presente aqui. Ela é suplente de Deputado Federal e está sempre presente a nossa Comissão. Ela já foi uma das depoentes, quando fez um dos depoimentos mais brilhantes que tivemos aqui em nossa Casa. Ela está sempre cooperando conosco. Portanto, concedo a palavra à socióloga e professora Ana Maria Mendonça, para arguir ao Sr. Ministro.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Muito obrigada, Sr. Presidente, só quero fazer uma pequena retificação: eu não tenho assim essa honra, esse prazer de ser socióloga, mas sou uma estudiosa da Sociologia. Agra-

deco a V. Ex^a a gentileza em me conceder a palavra nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Nos livros que nós lemos, da autoria da professora, nós vemos que existe na sua pessoa uma socióloga.

A SRA. ANA MARIA MENDONÇA — Muito obrigada.

Sr. Ministro, não poderia deixar de cumprimentar V. Ex^a pela propriedade, pela sinceridade, pela riqueza de dados do seu depoimento, que, eu acredito, será valiosíssimo para os resultados desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Confesso que me sinto assim muito feliz e particularmente muito me alegra poder contar com V. Ex^a na primeira sessão plenária do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção Materno-Infantil e Planejamento Familiar, que nós temos a honra de coordenar, que será realizado nos dias 23, 24 e 25 deste mês, no auditório Petrópolis Portella do Senado Federal. Peço permissão ao Sr. Presidente para convidar as pessoas interessadas, que compareceram a esta Comissão para estarem conosco nesse congresso, que tratará da questão materno-infantil e planejamento familiar. As duas primeiras sessões plenárias serão voltadas para a política populacional, uma vez que este tema tem sido uma questão sempre levantada quando se fala em planejamento familiar. Quero apenas transmitir os meus cumprimentos, as minhas congratulações a V. Ex^a pelo seu brilhante depoimento, e dizer da nossa alegria e da nossa satisfação em contar com V. Ex^a como primeiro expositor da primeira sessão plenária desse congresso. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro, para responder as considerações da professora Ana Maria Mendonça.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — Professora Ana Maria, os nossos pontos de vista coincidem na sua totalidade. Eu prometo à Senhora, como já prometi à Senadora Eunice Michiles, com muito prazer e com muita honra, estar presente no 1º Congresso Brasileiro de Proteção Materno-Infantil e Planejamento Familiar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto, para fazer arguições sobre o depoimento do Sr. Ministro Waldyr Vasconcelos.

O SR. ALMIR PINTO — Sr. Ministro, eu não tenho mesmo arguições para fazer a V. Ex^a porque se não foi, pareceu-me professor durante a sua vida militar e dono de uma didática toda especial. V. Ex^a colocou muito bem na nossa cabeça, na nossa mente, esse trabalho que acaba de apresentar ao plenário da Comissão encarregada do aumento populacional no Brasil.

Eu tinha anotado aqui, mas o Senador Aderbal Jurema disse aqui exatamente isto. O nobre Senador Aderbal Jurema, num circuíloquio que não faltou a beleza histórica, como brilhante historiador que o é, envolveu, nas suas apreciações, todos os pontos cardiais que deram corpo ao brilhante pronunciamento de V. Ex^a nesta manhã.

Eu não posso deixar, nobre Ministro, de reportar-me a algumas passagens do seu depoimento, que eu achei oportuníssimo, como, por exemplo, a ocupação do Território Nacional. É exatamente como V. Ex^a disse: nós precisamos ocupar o Território Nacional. Eu sempre tive dito aqui quando chega a minha vez de falar, precisamos ocupar o Território nacional com uma população produtiva, com investimento. V. Ex^a mostrou que não é possível o desmatamento total da Amazônia, porque ficaria o País e o mundo sem o oxigênio natural daquela grande floresta amazônica. Mas também vimos a situação do Canadá, que foi levantada pelo próprio Senador Aderbal Jurema, que é um País maior do que o Brasil e tem uma população que corresponde a 1/3 da população brasileira e que tem feito um trabalho de melhoria de população para poder justamente tratar do aumento populacional, do investimento da ocupação territorial. Como V. Ex^a bem afirmou, não adianta ocupar só por ocupar, gerar pobreza por cima de pobreza. Há quem diga que a pobreza gera população e também que a população gera pobreza.

Da outra parte também eu já tinha conhecimento, pois mantive contato com V. Ex^a: foi aquela que mostra a habilidade do nosso povo, a desnutrição, a cegueira, a deficiência dentária e todas aquelas carências do organismo que V. Ex^a mostrou logo no início de sua palestra. As Forças Armadas são o testemunho maior para nós, que hoje formamos esta Comissão, para que argumentemos que não é de uma população crescendo desordenadamente que o Brasil está necessitando. Precisamos de um crescimento ordenado. Não podemos dentro disso, deixar de ressaltar o papel da educação, da informação, da orientação e da saúde. São pontos cardiais, para que temos uma ocupação racional do Território brasileiro.

Quero felicitar a V. Ex^a pelo pronunciamento que fez. Eu disse mesmo que não tinha nada a perguntar, porque a sua conferência foi completa, com dados formidáveis que irão muito me ajudar. Vou pedir-lhe inclusive umas xerox dessas transparências, que servirão muito ao nosso trabalho, pois irão somar-se a outros dados que nós obtivemos do IBGE. Só não abordamos aqui o problema de como fazer o planejamento. Isso fica a cargo mais de um médico do Ministério da Saúde, pois diz respeito ao problema da pilula, do DIU, etc.

Na próxima terça-feira, teremos aqui D. Luciano. Estarão presentes aqui a Senadora Eunice Michiles, a professora Ana Maria, D. Flórida, que é uma moça que trabalha na BENFAM, também socióloga e muito entendida, e V. Ex^a terá a oportunidade de inquirir o D. Luciano. A Igreja pode não aceitar mas não é possível aumentar-se a população do Brasil, como se está aumentando, principalmente considerando o nosso País dentro da sua conceitação geográfica.

Nós temos, como V. Ex^a disse, dois brasis. Vê-se perfeitamente no Sul, no Centro-Sul, no Sudeste um crescimento mais ou menos razoável, já coordenado, sem o perigo que oferece as regiões Norte e Nordeste, que crescem dia-a-dia. Está aí a seca matando gente, diminuindo até a população brasileira. Não saberemos como vai ficar se houver mais 1 ou 2 anos de seca, se não chover no Nordeste no próximo ano, de acordo com a previsão do CTA. Eu sou ardente defensor do CTA dentro desta Casa. Não sei por que, Ministro, o Governo da República ainda não olhou, como deveria olhar, e digo isso a V. Ex^a que é chefe do EMFA, o MOCLIMA e o MODARTE, lá do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos.

Já que o nobre Senador Aderbal Jurema falou na seca do Nordeste, eu preciso dizer a V. Ex^a que estive lá em São José dos Campos, em 1979, e assisti 8 horas de aula, eu com mais 8 Srs. Senadores, e o fato já era conhecido desde 1978. A SUDENE teve conhecimento de toda essa estiagem que está acontecendo no Nordeste. Se não tomou providência, ou se os poderes públicos não tomaram providências, é porque não quiseram acreditar no estudo científico, no estudo matemático, no estudo a cargo de culturas brilhantes que há dentro do CTA, que previam justamente um ciclo de 6 a 7 anos de seca para o Nordeste, e o MOCLIMA era exatamente o trabalho que faria chover no Nordeste. Em que consistiria isso? A coisa é provada e comprovada; era colocar num naviozinho, que hoje não precisa mais um navio, porque temos no Ceará as torres da PETROBRÁS, a lançar na atmosfera as partículas de carbono, que seriam queimadas, pelo calor oceânico. Então, com aquela condensação formar-se-iam aquelas nuvens, que, tangidas pelos ventos alísios que nosso Senhor nos deu lá no Nordeste. Se essas nuvens não caíssem por si, então seria bombardeadas, nucleadas, mas não sei por que, Ministro, isso não foi levado adiante. Digo isso com revolta. É sabido e V. Ex^a deve conhecer, porque é da Aeronáutica, é antigo na Aeronáutica, é chefe do EMFA, que existe esse estudo, mas deveria haver um firme propósito do Governo em ativá-lo.

Em 1979, dizia-me o Brigadeiro Piva que necessitaria de 189 milhões de cruzeiros; em 1980, de 80 milhões de cruzeiros, não chegando a 300 milhões tudo. Hoje, já precisamos de 2 bilhões ou mais. Mas, de qualquer forma, quando se pensar no desvio das águas do São Francisco para perenizar os rios do Nordeste, deveria pensar-se também no MOCLIMA, porque o Nordeste precisa de chuva, precisa de chuva chuvida, não de água trazida

de outros rios emprestados ou dados para o Nordeste. Se não houver inverno, se não chover — e não choverá, a previsão do CTA para 1984 não é de inverno, não é de chuva, a previsão do CTA era de dois anos de piões, 1981 a 1983 —, a miséria será maior. É preciso que alguém nos favoreça aplicando esse estudo do CTA, até tirar a prova dos 9. Se adotarem outra medida, o CTA não tem razão de ser, assim como o MOCLIMA e o MODARTE, e então nós teremos que ver o Nordeste ciclicamente visitado por essa catastrófica estiagem que afi está há quase 5 anos. Para o ano é o 6º ano, choverá, mas não é inverno.

Peço desculpas por esta divagação, porque o Senador Aderbal Jurema falou no Nordeste, e quando se toca no Nordeste parece que se forma aquela cadeia, aquele ciclo, e todos nós teremos que dar uma palavrinha, porque é a terra da gente, é a terra que nos viu nascer. É só.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Com a palavra o Sr. Ministro, para responder as considerações do Senador Almir Pinto.

O SR. WALDYR VASCONCELOS — Meu caro Senador Almir Pinto, eu agradeço primeiramente a V. Ex^a por ter comparecido lá na sala para me fazer este convite de aqui estar presente. Espero que as minhas palavras tenham trazido alguma contribuição para o relevante trabalho que esta Comissão está realizando.

Quanto aos projetos do CTA para o Nordeste, o MOCLIMA e o MODARTE, esses projetos foram apoiados, são apoiados ainda pela Comissão Brasileira de Atividades Espaciais, a qual eu presido no momento, anteriormente, eu fui membro dessa Comissão quando servi aqui em Brasília outras vezes. Foram projetos desenvolvidos com recursos dessa Comissão. Mas esses trabalhos, hoje desenvolvidos pelo CTA, já passaram de projeto; eles agora já são operacionais. Eu acredito que a operacionalidade desse projeto agora dependa muito mais da SUDENE.

O SR. ALMIR PINTO — Ela não tem recursos.

O SR. WALDYR VASCONCELOS — Pois é, não há recursos para ativar-se esses projetos, mas eles estão prontos. Quer dizer, a parte teórica já foi desenvolvida. Agora precisa haver a prática. Por exemplo: comprar aviões para fazer esse bombardeamento das nuvens, ou navio, ou plataforma. Acho que agora compete aos organismos regionais, aos Governos dos Estados irem atrás desses projetos para se tornarem realidade.

Agradeço a V. Ex^a as palavras. Continuamos lá no EMFA à sua disposição. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Sr. Ministro Waldyr Vasconcelos, antes de encerrar a sessão, eu pedi licença a V. Ex^a para fazer uma ligeira consideração, como simples Senador. É praxe da Presidência apenas dirigir os trabalhos, coordenar os trabalhos, mas nós adotamos aqui na Casa uma extensão mais democrática de, também, dentro dessa extensão, o Presidente despir-se da sua autoridade de Presidente, e, como simples Senador, também participar dos debates. Então, gostaria de, nessa qualidade momentânea, fazer uma ligeira consideração sobre o depoimento que V. Ex^a nos brindou, que foi uma verdadeira conferência sobre o planejamento familiar.

V. Ex^a é um homem do Centro-Sul do País, posto que é filho das Minas Gerais, da histórica Minas Gerais, e nós somos originários do Norte, da grande Região Norte e, mais especificamente, como a Senadora Eunice Michiles, pertencemos à Amazônia Ocidental. Então, queria fazer algumas considerações sobre o que V. Ex^a falou e, se for oportuno, fazer alguma pergunta, como homem do Norte, pertencente à Amazônia, especificamente à Amazônia Ocidental, uma vez que temos a honra de representar nesta Casa do Congresso Nacional o Estado do Acre.

Nós estamos de acordo com os princípios fundamentais que V. Ex^a apresentou no seu depoimento a respeito do planejamento familiar, e que, acreditamos, está resumido na definição que V. Ex^a na transparência, apresentou aqui, para nós, de planejamento familiar, que é o exercício da paternidade responsável, a utilização voluntária e consciente, por parte do casal, do instrumento necessário à planificação do número de filhos e ao espaçamento familiar.

mento entre uma gestão e outra; isso como um ponto fundamental do direito humano básico. Estamos inteiramente de acordo com essa conceituação, que resume a filosofia do depoimento de V. Ex^e. Agora, como homem do Norte, queríamos abordar o debate de maneira diferente e polemizar um pouco alguns pontos apresentados por V. Ex^es se V. Ex^e me permitir.

Nós, em vários depoimentos, aqui, como o de V. Ex^e e outros de ilustres depoentes, temos-nos preocupado fundamentalmente com a procura, a meta, a senda timoneira da solução de nossos problemas, mas analisando sempre uma visão voltada para nós mesmos, e, talvez, por isso nos esqueçamos de abordar causas mais profundas que incidem sobre as nossas condições sócio-econômicas, que muitas vezes não são da vontade da evolução histórica interna do País, mas são causas às vezes externas, independentes da nossa vontade. Então, temo que em alguns momentos nos esqueçamos das causas primeiras de nossa atual situação com estes elementos estatísticos que V. Ex^e trouxe a esta Comissão, como outros já trouxeram, impressionantes, mas atinentes à sua especialidade, como militar, e Ministro Chefe das Forças Armadas, mostrando aqui a situação de saúde precária de nossa juventude, quando ela se apresenta à prestação do serviço militar. Os dados que V. Ex^e nos apresentou dizem que 47% da nossa população jovem que se apresenta ao serviço militar é inapta a este serviço, por deficiências inerentes às condições sócio-econômicas da população, como a subnutrição, a deficiência dentária, a insuficiência em altura, a diminuição da acuidade visual, as alterações orgânicas de uma maneira geral, tendo uma repercussão fundamental sobre a formação do esqueleto humano, incidindo principalmente nas deformidades da coluna dorsal e dos membros locomotores.

Então, essas causas todas estariam apensas às nossas deficiências de evolução histórica, a nossa deficiência de promovermos o desenvolvimento com nossos próprios recursos. Hoje, estariam também ligadas de uma maneira forte e talvez profundamente, às causas externas. Explicitando as nossas causas internas, o direcionamento que nossos governos têm dado às prioridades fundamentais de nosso desenvolvimento, por exemplo, de duas décadas até o presente, nós verificamos que o Governo tem-se preocupado, e realmente é uma preocupação de toda a Nação brasileira, em buscar um desenvolvimento mais ou menos rápido, queimando etapas, procurando elaborar e concretizar grandes projetos nacionais, para que nós saímos desse subdesenvolvimento qu desse estado de País em desenvolvimento, para alcançarmos o pleno desenvolvimento, como as nações do Norte do hemisfério, principalmente a grande irmão do norte, os Estados Unidos e as nações europeias. Então, nessas prioridades não se teria claudicado um pouco em se deixar de dar ênfase fundamental à educação, como instrumento da procura da informação, e de dar prioridade à formação de uma infra-estrutura básica? As nossas populações ainda não tiveram a oportunidade de se desenvolver culturalmente para o aproveitamento imediato dessa estrutura básica, que fica sobrando por um período longo, e fica, digamos assim, ociosa por um período que não pode ser utilizada pelas gerações, por falta de um desenvolvimento também básico da educação, que traria também a melhorias da saúde. Especificamente, refiro-me aos projetos como a Transamazônica, como a Perimetral Norte, como a Ferrovia do Aço, como a preferência para o desenvolvimento de nossa energia atômica, como ITAIPU, também uma obra gigantesca. Eu quero dizer, de plano, que não estou absolutamente contra essas obras, contra essas realizações. No meu ponto de vista pessoal, como representante do Norte e como Senador da República, que tem uma visão de médico, uma visão panorâmica, digamos, médica, diagnóstica das nossas deficiências, das nossas doenças sociais, eu penso que nós estariam apressados demais, num verdadeiro açoitamento para resolvemos nossos problemas com esse projetos-impacts, grandiosos, que criam um fosso entre a realização do projeto e a utilização imediata pelas gerações presentes, quando nós poderíamos então dar prioridades e fazer com que as gerações futuras fossem realizando, tornando realidade o potencial de nossa riqueza, de nossa capacidade de realização, porque a natu-

reza nos ofereceu toda essa grande riqueza, e ela está aí e pode ser aproveitada por gerações futuras. Então, a pergunta que deixo para V. Ex^e responder é se as prioridades não estariam desencontradas na preferência para a execução de grandes projetos numa etapa muito curta do tempo nacional, internamente. Externamente, também não seriam causas maiores a nossa vontade que estariam amarrando ou emperrando o nosso desenvolvimento? Então queria elaborar um quadro em torno dos nossos argumentos, apresentando apenas um dado estatístico em relação à nossa dívida externa. No início da década de 1960, como V. Ex^e sabe — nessa época ainda era Capitão, e ainda sobrevoava as paragens longínquas do meu Acre, visitando as cidades Cruzeiro do Sul, Sena Madureira e Tarauacá, das quais V. Ex^e tem tantas recordações, e nós já testamos isso pessoalmente — a nossa dívida externa estava em torno — independente de qualquer Governo, não queremos aqui fazer qualquer conotação crítica a Governos, a episódio de período governamental, a nossa dependência econômica em relação ao capital internacional, externo, que explora as nossas riquezas, incentivando a nossa atividade produtiva como fornecedores de produtos primários e nos fornecendo sempre produtos industrializados dando a conta-gotas a tecnologia que nós necessitamos — de 3 bilhões de dólares, e a administração dos serviços dessa dívida externa consumiu apenas 32 a 35% das nossas exportações, no início da década de 1980, nós verificamos que a nossa dívida externa evolui para 95 bilhões de dólares, e a administração dos serviços dessa dívida, isto é, a amortização dos juros ou o dinheiro necessário para as amortizações e o pagamento dos juros consumiam, em 1982, 95% da nossa exportação. E, em 1983, estamos a verificar, pelas nossas dificuldades econômicas, que não podemos saldar, honrar os nossos compromissos externos. Verificamos, que estamos inadimplentes, e que mais de 100% da nossa produção, do nosso trabalho, da nossa exportação é consumido pela administração dos serviços da dívida — amortização e juros. Então, perguntamos: as nações mais desenvolvidas, do capital internacional não têm contribuído com uma ganância usurária para que as nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento permaneçam nesse estado? As nações subdesenvolvidas não conseguem melhorar porque os seus produtos primários de exportação sempre são pagos aviltadamente.

Nós temos um exemplo: nessa mesma época comprávamos um jipe, é um exemplo assim grosseiro, com 200 toneladas de grãos. Atualmente, com as mesmas 200 toneladas de grãos, compramos somente 1 ou 2 jipes. Parece que há uma interferência proposta do grande capital para manter o nosso desenvolvimento emperrado.

Essas causas também não estariam contribuindo para que permanecêssemos nesse círculo vicioso de procurarmos o desenvolvimento e não o alcançarmos? As populações pobres são reconhecidamente proliferadoras. Vamos conseguindo diminuir o nosso índice de crescimento com uma dificuldade enorme. Como V. Ex^e apresentou há pouco, crescimento demográfico maior que o crescimento econômico é igual a explosão demográfica. Então ficamos nesse círculo vicioso.

Eram estas as considerações de causa interna e externa que queríamos colocar. Gostaríamos de saber de V. Ex^e, como Ministro-Chefe das Forças Armadas, que tem uma implicância fundamental na nossa segurança nacional, o que pensa a esse respeito.

E, em terceiro lugar, regionalizando agora o meu raciocínio, V. Ex^e afirmou que a ocupação da Amazônia deve ser feita, mas que é difícil, e não é necessário que ela seja ocupada totalmente, nem pode ser na sua intensidade.

Concordamos inteiramente com V. Ex^e, interpretando vários sentidos; primeiro, com a preservação, não só para o Brasil, mas para a humanidade, de um pulmão verde, contribuindo, junto com a evaporação oceânica, para a formação das chuvas e a estabilidade climática do continente. Então, achamos que a Amazônia deve ser ocupada por uma população qualitativamente válida e não por uma população numericamente interrogativa, da qual não sabemos as condições sócio-econômicas. Temos que criar pólos de desenvolvimento econômico na Amazônia, estrategicamente situados, para que a Ama-

zônia seja preservada da cobiça internacional e da destruição indiscriminada de suas riquezas.

Devemos explorar a Amazônia de maneira racional, assim, como V. Ex^e abordou. Nós, da Amazônia, sabemos que a sua configuração geográfica e geofísica, constituída pelos grandes rios, a parte aquosa, líquida, fluvial, que ocupa uma área não só em extensão linear, mas uma extensão numa área geográfica muito grande, deve ser aproveitada como caminhos para a exploração da Amazônia. Justapostas a essas vias, a essas calhas aquáticas fluviais, há a várzea, que é constituída de duas partes: a, várzea alagadiça e a várzea não alagadiça, que pode ser aproveitada para a cultura de grãos apropriados para essas regiões, onde há a presença muito constante da riqueza fundamental da Amazônia, que é a seringueira, que dá em número muito grande mais na várzea do que em terra firme.

E temos as terras firmes, a grande planície da Amazônia, que não são alagadiças. Essas terras firmes são formadas por uma extensão muito grande de matas, a grande floresta amazônica, misteriosa ainda, impenetrável, e as savanas, as campinas, como ocorre no território de Roraima. Então, podemos traçar uma política econômica mais efetiva e de segurança nacional, efetivando pólos econômicos nessas áreas para explorar racionalmente a riqueza da Amazônia, de acordo com essas características fisiográficas que acabamos de descrever.

Gostaria de saber, também, de V. Ex^e o que pensa da exploração racional da amazônia, principalmente em relação à riqueza, da sua grande floresta, que representa, em energia, não falo nem utilização da madeira de floresta, beneficiada e industrializada, algumas centenas, talvez milhares de Arábias Sauditas em petróleo, se for racionalmente utilizada.

Então, gostaria que V. Ex^e, também, como Ministro das Forças Armadas, dissesse o que pensa a respeito da Região Amazônica com referência aos pontos que abordamos aqui. Estes pontos foram despertados a nossa lembrança face à brilhante conferência que V. Ex^e fez.

Era sobre esses três pontos fundamentais que ainda gostaríamos de ouvir o seu depoimento, para agrado nosso e da Casa.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — Meu caro Senador Mário Maia, vamos começar pelo fim.

Sobre o problema da Amazônia, ela não pode ser ocupada pelo sistema, vamos dizer, lençol, espalhamento total da população, ou excedente da população ou imigrantes, na sua totalidade. A Amazônia, eu já havia dito antes, tem que ser ocupada por pólos de desenvolvimento onde haja riquezas, principalmente a riqueza mineral. É o caso, atualmente, da área de Carajás, que é um grande polo mineral, um dos mais ricos do mundo. Ele vai ser ocupado, está sendo ocupado; ali está sendo investido muito dinheiro, que vai, no fim, produzir muita riqueza para este País.

Na verdade, para explorarmos essa grande riqueza, por exemplo, que é o polo de Carajás, temos que fazer investimentos, temos que investir muito, preparar tudo aquilo para, então, poder aquela região produzir.

Mas como investir naquela riqueza que está ali e que, generalizando, é o ouro à flor da terra, na mão do homem, mas que para ser extraído precisa de investimento? A riqueza está ali, a riqueza é do povo brasileiro, é da Nação brasileira, mas não temos recursos internos, não temos poupança interna para investir, para preparar o Grande Carajás, para poder produzir daqui a cinco, seis, sete ou dez anos.

Então, esse é um dos motivos do nosso endividamento externo. Fomos buscar poupança externa para nos ajudar aqui.

Voltando ao primeiro problema de V. Ex^e mas af está a causa do nosso endividamento. Precisamos investir para explorar uma riqueza que é nossa, que está ali. Nós não tínhamos dinheiro e vamos ter que investir.

A área de Carauari, no Amazonas, que é um centro do Brasil, hoje, talvez seja o maior polo de produção de gás de petróleo da PETROBRAS. O que se descobriu lá de gás de petróleo — e, talvez, no futuro, se descubra o próprio petróleo — é tão grande que no futuro se pretende até construir — futuro que não está longe — um gasoduto que iria de Carauari até São Paulo, com uma distância

aproximada de 3.000km. Para isso, a PETROBRÁS tem que investir e está investindo lá, e certamente se endividou, mas é riqueza que está ali.

A Amazônia tem que ser ocupada naqueles pólos onde há riqueza, e não ocupá-la indiscriminadamente, V. Ex^e bem disse: não vamos destruir a floresta amazônica para colocar lá o homem, mesmo porque o homem brasileiro não tem conhecimento, não tem tecnologia para trabalhar o solo amazônico, porque não há essa tecnologia desenvolvida em nenhuma parte do mundo. Só quem tem a Amazônia é o Brasil. Em nenhuma parte do mundo se estudou a Amazônia. O brasileiro mesmo é quem vai ter que estudá-la e encontrar a solução, porque ele não tem exemplo igual no mundo. Então é ele mesmo que vai ter que descobrir a tecnologia para dominar a Amazônia fora desses pólos minerais e petroquímicos.

Logo, é muito difícil a ocupação da Amazônia. Mas, de qualquer forma, ela só pode ser ocupada se for para lá o capital, isto é, o investimento, se for para lá o homem capaz profissionalmente e o homem biologicamente apto para enfrentar a hostilidade daquele meio ambiente.

Agora mesmo, a ocupação de Rondônia, do norte de Mato Grosso, que é aquele florão de terra fértil do lado de Alta Floresta...

O SR. MÁRIO MAIA — Estendendo-se, inclusive, para a área do meu Estado...

O SR. WALDIR VASCONCELOS — Pois é, e vai para o seu Estado.

O SR. MÁRIO MAIA — Dois terços de terra.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — O homem, indo para lá, está dando resultado. É o imigrante do Sul, que já foi para lá com capital e com conhecimento profissional. É um homem muito mais preparado para ocupar aquela terra.

A Amazônia é o grande celeiro deste País, mas ela tem que ser ocupada paulatinamente, respeitando essas três condicionantes: capital, o homem preparado profissionalmente e o homem preparado biologicamente. Se não for isso, vai resultar em coisas desastradas, como houve no passado: o homem não resistiu e teve que sair de lá dominado e falso.

Então, a Amazônia tem um grande futuro neste País, mas não vai ser ocupada por esses excessos demográficos de outras áreas. Aí a pobreza na Amazônia só vai gerar mais pobreza, porque o ambiente lá é muito hostil.

Quanto ao primeiro aspecto que V. Ex^e abordou, a velocidade ou avidez pelo nosso desenvolvimento, se não deveríamos ter reduzido o nosso desenvolvimento talvez, para atender aos aspectos assistenciais ou sociais do povo brasileiro, eu creio que não, porque o Brasil pode comprovar todos esses empréstimos que foram feitos no exterior. Pedimos dinheiro emprestado, ou mais nos ofereceram do que pedimos, mas estamos usando esses empréstimos em coisa altamente produtiva. Por exemplo, Itaipu. Não há nenhum gerador de Itaipu funcionando ainda, estive lá há dois meses, com o EMFA, a primeira turbina só vai começar a produzir energia daqui a um ano. Mas quando estiver produzindo, será uma imensa riqueza para o País. Itaipu é uma obra que vai gerar riqueza. A Ferrovia do Aço também vai gerar riqueza.

Quando abrimos essas estradas imensas pelo País, a Transamazônica, que vai daqui para Belém...

O SR. MÁRIO MAIA — É paralela ao Rio Amazonas.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — Desculpe, quando se criou a Belém-Brasília, ela desenvolveu tremendamente este vale do Tocantins e Araguaia, gerando riquezas, empregos e mais empregos. A Transamazônica, que é paralela à Belém-Brasília, foi lançada num momento de crise do Nordeste. Foi uma seca que houve naquele ano, durante o mandato do Presidente Médici, em 1970. Essa estrada foi mais para ocupar a mão-de-obra; era uma frente de trabalho que teve um aspecto mais humanitário, que empregou milhares e milhares de fugidos da seca.

Então todos esses investimentos que fazemos aqui têm caráter ou produtivo, que todos eles têm, ou caráter humanitário. Logo, não vejo que isso tenha sido um desperdício, primeiro, porque empregou muita mão-de-obra que estava disponível, e houve, nesse período todo, uma explosão demográfica. Em 1970, houve explosão demográfica no Nordeste. No Brasil inteiro a média era de 3%, não era a de hoje. Então havia um excedente populacional, tinha-se que arranjar empregos.

O Brasil nunca foi perdulário. Se V. Ex^es verificarem essas nações que estão endividadas externamente, hoje, a situação é completamente diferente da do Brasil. Vejam a situação do México: os recursos que esse País pegou lá fora não foram como aqui empregados em investimentos produtivos; eram investimentos de consumo. No Brasil é completamente diferente. E desses países que estão mal no mundo — o Brasil é um dos poucos que não tem petróleo — a Argentina, a Venezuela, a Nigéria, têm petróleo. O México tem petróleo e é um dos maiores produtores do mundo e está nessa dificuldade. O Brasil, sim, tomou recursos lá fora, porque vieram nos oferecer, mas para produzir riquezas.

Agora, quem tem poder, e V. Ex^e tocou aí no poder, não divide, não abre mão dele. Há, no mundo, um conglomerado do poder. As nações mais poderosas querem ser cada vez mais poderosas, por um próprio fator de segurança nacional delas próprias.

O que temos que fazer é chegarmos um dia a ser uma nação poderosa também, para não podermos estar aqui sendo ameaçados por nações mais poderosas. Mas isto é história da civilização e não podemos inverter essas coisas, porque não há nações amigas, há nações de interesses comuns entre si. Nós temos que fazer força para sair desse subdesenvolvimento, para nos colocarmos lá em cima e não sofrermos imposição de ninguém. O nosso destino é um destino de força e de poder, para a Nação brasileira ser uma nação soberana e não depender de ninguém para nada, para nós entrarmos nesse clube de poder. O poder não se divide, não se dilui, ele se concentra, ninguém abre mão, como ninguém abre mão, por exemplo, de transferência de tecnologia. Não adianta, ninguém transfere tecnologia. A gente tem que buscar a nossa própria tecnologia.

Por isso é que estamos vivendo esse momento difícil da vida nacional. Mas eu acredito que vamos ultrapassar isto. Agora, há problemas que nós mesmos temos que resolver, e um deles é esse da explosão demográfica que,

internamente, não permite o nosso desenvolvimento interno, porque é um óbice muito grande dele.

No campo externo, eu acredito que em pouco tempo nós superaremos as dificuldades. Agora, digo a V. Ex^e com sinceridade, o Brasil não está esbanjando esses recursos externos que vieram para nós. Todas as obras decorrentes do seu emprego darão resultados no futuro, mesmo as usinas nucleares. Talvez aí tenha havido uma projeção não muito perfeita, no início da década de 1970, da capacidade hidráulica da produção e geração de energia elétrica. Então, optou-se pela produção da energia nuclear. Está comprovado que com esses métodos novos de tecnologia de transmissão de energia, hoje a energia pode ser muito mais barata, mesmo transmitida a grandes distâncias. Talvez a energia produzida na região Amazônica possa ser transferida para o Centro-Sul, que é grande absorvedor da energia elétrica. Pode ter havido erros aí, mas não foi proposital, foi erro de perspectiva. Mas tudo que nós investimos, diferentemente de outros países, gerará riquezas. V. Ex^e pode comparar. Afinal de contas, o Brasil, em duas décadas, pulou de uma situação lá de trás e é hoje a 8ª potência econômica do mundo. O nosso esforço foi compensado com esses grandes projetos, que não são perdulários, pelo menos foram bem intencionados.

Não sei se respondi a todas as perguntas de V. Ex^e

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Respondeu.

O SR. WALDIR VASCONCELOS — Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Estamos satisfeitos com as respostas de V. Ex^e. Captamos bem o sentido filosófico da sua posição de alta responsabilidade de Ministro-Chefe das Forças Armadas.

Sr. Ministro, nós estamos inteiramente gratificados com o seu depoimento, fruto não só da sua experiência, seu patriotismo, do seu interesse, mas da sua inteligência. V. Ex^e tem estudado esse problema e o abordou aqui de maneira clara, objetiva e compreensiva a todos os presentes.

A Comissão Parlamentar de Inquérito para assuntos vinculados com o aumento populacional brasileiro sente-se imensamente agradecida, e o Senado da República agradece, por intermédio da nossa Comissão, a V. Ex^e a presença aqui. Tenha a certeza V. Ex^e de que se rá sempre bem recebido e acolhido com o maior interesse aqui, respeito que V. Ex^e merece, como homem público, militar de alta patente e, sobretudo, como brasileiro de patriotismo comprovado. Muito obrigado a V. Ex^e pela presença.

O SR. ALMIR PINTO — Na tarde de hoje nós ouviremos a Sra. Léa Leal, Presidente da Legião Brasileira de Assistência, às 17:00 horas, nesta mesma sala.

O SR. PRESIDENTE (Mário Maia) — Ratificando as palavras do Senador Almir Pinto, nosso relator, nós havíamos feito um lembrete aqui e fomos deixando passar despercebido esse convite. Convidamos os presentes para aqui estarem às 17:00 horas, a fim de ouvirem também o depoimento da Sra. Léa Leal, Presidente da LBA.

Muito agradecido..

Está encerrada a reunião.